



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
BACHARELADO EM GEOGRAFIA

**Cartografias Ribeirinhas: território e territorialidade das comunidades do Porto
do Capim no estuário do rio Paraíba do Norte**

Iran Araujo Cabral

João Pessoa – PB

2016

IRAN ARAUJO CABRAL

**Cartografias Ribeirinhas: território e territorialidade das comunidades do Porto
do Capim no estuário do rio Paraíba do Norte**

Monografia apresentada ao curso de Geografia, na disciplina de Pesquisa Geográfica, no Centro de Ciências Exatas e da Natureza da Universidade Federal da Paraíba, sob orientação da Prof^a. Ms^a. Maria Araci Farias Silva e sob coorientação do Prof. Dr. Acácio José Lopes Catarino.

João Pessoa – PB

2016

Iran Araujo Cabral

Cartografias Ribeirinhas: território e territorialidade das comunidades do Porto do
Capim no estuário do rio Paraíba do Norte

Aprovada em ____/____/____

Banca Examinadora

Prof. Ms. Maria Araci Farias Silva (DGEOC/UFPB)
Orientadora

Prof. Dr. Acácio José Lopes Catarino (DH/UFPB)
Coorientador

Prof^ª. Dr^ª. Maria de Fátima Ferreira Rodrigues (DGEOC/UFPB)
Examinadora Interna

Prof. Me. Emanuel Braga (IPHAN/PB)
Examinador Externo

NOTA:_____

AGRADECIMENTOS

A Deus, por sua infinita bondade e sua luz.

A Santíssima Virgem Maria, pelo seu poderoso auxílio e aos meus santos padroeiros, pela sua proteção.

Aos meus pais Paulo Roberto Gondim Cabral e Zenilde Alves de Araújo Cabral, pelo amor, carinho, dedicação, orientação e auxílio.

A minha irmã Cindy Araujo Cabral, pelas conversas, pela ajuda e por todos os momentos de alegria e a todos os meus familiares, de modo particular a minha prima Amanda Gondim e minha tia Lucinha, pelas horas de alegria e muitas conversas.

Aos moradores das comunidades do Porto do Capim, pela abertura, tão simples e tão acolhedora. Por me fazer sentir-me parte dessa grande família. De modo particular agradeço às meninas da Associação de Mulheres do Porto do Capim, pelo auxílio, pelas conversas e entrevistas.

Ao PROEXT Requalificação Urbana, Ambiental e Patrimonial do Porto do Capim, sem o qual, não teria a possibilidade de realizar este trabalho. De modo particular aos coordenadores Elisabetta Romano, Regina Célia, Araci Farias, Acácio Lopes, Hugo Belarmino e Jovanka Baracuchy, pela formação e informação.

A Professora Araci Farias Silva, de modo particular, tanto pelo seu acompanhamento e formação, quanto por ter aceito ser minha orientadora, pelo auxílio nos mapas e por tantas dicas e ideias.

Ao Professor Acácio José Lopes Catarino, pelas contribuições e por ter aceito ser meu coorientador.

Ao Professor Henrique Elias Pessoa Gutierrez, por ter sido meu primeiro coordenador e orientador, por suas palavras e seus ensinamentos, e por ser um grande exemplo de geógrafo e de ser humano.

A todos os professores do Departamento de Geociências da UFPB – DGEOC/UFPB, pelos ensinamentos e contribuições na minha formação, de modo particular à Professora Maria de Fátima Rodrigues, pelas dicas e por ter aceito fazer parte da banca.

À professora Maria Tereza Santana, do Departamento de Ciências Sociais da UFPB, por ter-me apresentado a Antropologia e pelo aprendizado, de modo particular, pelo auxílio e dicas na elaboração da Monografia

Ao Professor Emanuel Braga, por ter aceito fazer parte da banca.

A todos os meus amigos, amigas e colegas que a UFPB me proporcionou: Francisco Vilar, Natieli Tenório, Camila Melo, Cecília Silva, Gisele Cunha, Larissa Lavôr, Hérica Leite, Annely Melo, Eliane Campos, Raoni Lima, Daniel de Oliveira, Michael Douglas, Ana Paula Coutinho, Raisia Maria, Analice Alves, Laíse Silva, Jadieli Berto, Diego Dantas, Juliana Candido, Diôgo Santos, André Trigueiro, Dayana França e Geovana Brunes.

De modo particular, quero agradecer a Larissa Lavôr, pelas dicas, a Francisco Vilar e a Cecília Silva, pelos mapas e a Diôgo Santos, pelo Abstract, muito obrigado pelo tempo que vocês disponibilizaram comigo.

À SUDEMA, pela oportunidade de estágio, e por todos os momentos de trabalho, alegrias e aprendizagem, de modo particular: Marina Cornélio, Vinícius Novo, André Trigueiro, Cleytiane Santos, Marília Paz, Priscila Araújo, Christina Vasconcelos, Simone Porfírio, Karina Massei, Cristiane Dantas, Sônia Matos e Nahya Caju pela amizade, atenção, conselhos, formação, diversão, alegrias e aprendizado.

Um obrigado particular a Karina Massei, pela oportunidade de conhecer o estuário do rio Paraíba do Norte, de catamarã e a Simone Porfírio, por tanta paciência e compreensão.

Ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba – IPHAEP, ao Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da UFPB – NDIHR/UFPB, ao Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da UFPB – NCDH/UFPB, pelo auxílio nas pesquisas e estudos.

Carinho e gratidão!

*“Quem vê de longe pode não gostar
Não entender e até censurar
Quem tá de perto diz que apenas é
Cultura, crença, tradição e fé. ”*

(Criolo – Diferenças)

RESUMO

O estudo dos povos e comunidades tradicionais, pelas suas práticas cotidianas, materiais e/ou simbólicas, são um meio bastante eficaz na compreensão das particularidades dos mesmos, em relação às sociedades urbano-industriais. Nessa linha de raciocínio, tais estudos possibilitam, inclusive, a compreensão do território necessário para que as práticas culturais cotidianas dos povos e comunidades tradicionais, existam e perpetuem-se, recorrendo, para tanto aos mitos, crenças, festas, manifestações religiosas, danças, relações sociais e familiares e as diversas formas de obtenção e uso dos recursos naturais, dos mesmos. O presente estudo visa compreender as relações da comunidade ribeirinha do Porto do Capim, com o estuário do rio Paraíba do Norte, sob o enfoque do simbólico, ou seja, busca-se entender como as práticas cotidianas do Porto do Capim se espacializam no referido estuário, e como tais práticas dão forma à identidade cultural e territorial da referida comunidade, configurando o seu “sentir-se pertencente ao território”, sua territorialidade, possibilitando, desse modo, que, sob a abordagem da Cartografia Social, tal território seja delimitado e permitindo a visibilidade cartográfica, dos seus habitantes. Dentre as práticas culturais estudadas, estão: a pesca, o extrativismo (moluscos e crustáceos), as manifestações religiosas, de modo particular a tradicional procissão fluvial de Nossa Senhora da Conceição, e as relações com os entes Pai do Mangue e Comadre Fulozinha, almejando a compreensão, por meio deles, do sentimento de pertencimento, do simbólico, que a comunidade mantém com o estuário, seus rios e manguezais. Por fim, tece relações, entre os diversos modos de ‘ser-saber-viver’, ali identificados, com o conceito de Patrimônio Cultural Imaterial, assim como com os instrumentos jurídico-normativos, nacionais e internacionais, que zelam pela proteção e salvaguarda da cultura e dos territórios nos quais ela se enraíza e se manifesta. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, na qual fora utilizada a amostragem não-probabilística do tipo intencional, juntamente com a aplicação de entrevistas semiestruturadas, além dos registros fotográficos e coletas de coordenadas. A análise dos dados foi feita por meio de transcrições das falas das entrevistadas e o tratamento das coordenadas em *software* de geoprocessamento. A pesquisa constatou que, além de configurar uma comunidade reconhecidamente tradicional, dotada de grande diversidade cultural, o Porto do Capim deita suas raízes para além do Varadouro, dilatando sua territorialidade por considerável parcela do estuário e irradiando, assim, sua cultura. Assim sendo, é de caráter obrigatório que o Poder Público, principalmente o Poder Municipal, reconheça o valor inestimável do saber e das práticas tradicionais presentes na comunidade do Porto do Capim, para a cidade de João Pessoa e sua cultura.

Palavras Chave: Povos e comunidades tradicionais; identidade; patrimônio cultural imaterial

ABSTRACT

The study of traditional peoples and communities, by their daily material and/or symbolic practices, is a very effective way of understanding of their particularities, in relation to urban-industrial societies. In this line of argument, these studies allow the understanding of territory necessary for the daily cultural practice of traditional peoples and communities to exist and perpetuate themselves, using myths, beliefs, festivals, religious manifestations, dances, social and Family relations and various form so obtaining and using natural resources, of the same. The present study aims to understand the relations between the Riverside community of Porto do Capim, with the estuary of Paraíba do Norte river, under the symbolic approach, in other words, it seeks to understand how the daily practices of Porto do Capim are spatialized in the estuary, and how such practices shape the cultural and territorial identity of the mentioned community, configuring its "feeling belonging to the territory", its territoriality, thus enabling, under the approach of Social Cartography, such territory to be delimited and allowing the cartographic visibility of its inhabitants. Among the cultural practices studied, there are: fishing, extractivism (mollusks and crustaceans), religious manifestations, and relations with the beings Pai do Mangue and Comadre Fulozinha, aiming it's understanding, through them, about the sense of belonging, and symbolic, that the community maintains with the estuary, rivers and mangroves. In conclusion, it links between the many ways of 'being-knowing-living', identified there, with the concept of Intangible Cultural Heritage, thus how the legal and normative instruments, national and international, that seek to protect and safeguard the Culture and the territories in which it is rooted and manifested. It's a qualitative research, in which non-probabilistics sampling of the intentionality type was used, with the application of semi-structured interviews, besides the photographic records and collections of coordinates. Data analysis was done through transcriptions of the interviews' discourse and the treatment of the coordinates in geoprocessing software. The research established that, besides setting up a recognized traditional community, gifted with great cultural diversity, Porto do Capim lays its roots beyond the Varadouro, dilating territoriality by a considerable part of the estuary and thus radiating its culture. Therefore, it's obligatory nature that Public Authority, specially the Municipal Authority, recognize the incalculable value of traditional knowledge and practices presente at Community of Porto do Capim, for João Pessoa city and its culture.

Keywords: Traditional peoples and communities; identity; intangible cultural heritage.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização da Área de Abrangência do Porto do Capim no Varadouro.....	17
Mapa 2 – Região do Estuário do rio Paraíba do Norte e as Ilhas e Ilhotas Estuarinas...	22
Mapa 3 – Sub-bacias Alhandra-Miriri e Olinda, que compõem a Bacia da Paraíba.....	23
Mapa 4 – Extensão dos Manguezais ao longo do Estuário do Rio Paraíba.....	26
Mapa 5 – Cartografia Social do Porto do Capim no Estuário do rio Paraíba do Norte..	70

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Ponte Velha sobre o rio Sanhauá	20
Figura 2 – Porto de Cabedelo, Cabedelo – PB	21
Figura 3 – Vegetação de Mangue	25
Figura 4 - Zonação horizontal da vegetação num ecossistema de manguezal	25
Figura 5 – Croa na margem direita do rio Paraíba do Norte	28
Figura 6 - Pesca artesanal na croa do rio Paraíba do Norte	28
Figura 7 – Trapiche do Porto do Capim	30
Figura 8 – Crianças do Porto do Capim no trapiche, em sua relação próxima e cotidiana com o rio.....	30
Figura 9 – Fotos históricas do antigo Porto do Varadouro – João Pessoa- PB	32
Figura 10 – Fotos atuais do que configurava o antigo Porto do Varadouro.....	33
Figura 11 – Interface comunidade-rio Sanhauá.....	53
Figura 12 – Processo de Cata do Marisco – 2016	55
Figura 13 - Pesca no Porto do Capim.....	56
Figura 14 – Festas no Porto do Capim	59
Figura 15 – Procissão Fluvial de Nossa Senhora da Conceição.....	62
Figura 16 – ‘Ponto de Cultura’ do Porto do Capim.....	66

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Perfil das Entrevistadas	51
Quadro 2 – Instrumentos Jurídico-Normativos Internacionais.....	74
Quadro 3 – Instrumentos Jurídico-Normativos Nacionais	75

LISTA DE ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

Art.....	Artigo
Inc.	Inciso
§	Parágrafo

LISTA DE SIGLAS

AESA.....	Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba
AMPC.....	Associação de Mulheres do Porto do Capim
APP.....	Área de Preservação Permanente
BC.....	Biblioteca Central
BS.....	Biblioteca Setorial
CADH.....	Convenção Americana sobre Direitos Humanos
CCEN.....	Centro de Ciências Exatas e da Natureza
CDB.....	Convenção sobre Diversidade Biológica
CNDH.....	Conselho Nacional de Direitos Humanos
CNPCT.....	Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais
CNS.....	Conselho Nacional de Saúde
CONPEC.....	Conselho de Proteção dos Bens Histórico-Culturais
CRDH.....	Centro de Referência em Direitos Humanos
DGEOC.....	Departamento de Geociências
DUDH.....	Declaração Universal dos Direitos Humanos
IBGE.....	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES.....	Instituição(ões) de Ensino Superior
IPHAEP.....	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba
IPHAN.....	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MinC.....	Ministério da Cultura
MPF.....	Ministério Público Federal
NCDH.....	Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos
NDIHR.....	Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional
NUPAUB.....	Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas Brasileiras
OIT.....	Organização Internacional do Trabalho
OEA.....	Organização dos Estados Americanos
OEI.....	Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura
ONU.....	Organização das Nações Unidas
PMJP.....	Prefeitura Municipal de João Pessoa
PNB.....	Política Nacional da Biodiversidade
PNC.....	Plano Nacional de Cultura
PNCV.....	Programa Nacional de Cultura Viva
PNDH-3.....	Programa Nacional de Direitos Humanos
PNPCT....	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
PNPI.....	Programa Nacional do Patrimônio Imaterial
PTA.....	Parecer Técnico Antropológico
PPGA.....	Programa de Pós-Graduação em Antropologia
PROEXT.....	Programa de Extensão
PRONAC.....	Programa Nacional de Apoio à Cultura
SEDH-PR.....	Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República

SIG.....Sistema de Informações Geográficas
SNIIC..... Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais
TCLETermo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFPB Universidade Federal da Paraíba
UFSCUniversidade Federal de Santa Catarina
UNESCOOrganização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
USP Universidade de São Paulo
UTM Universal Transversa de Mercator

Sumário

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES	14
INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I	20
CONSIDERAÇÕES SOBRE A ÁREA DE ESTUDO	20
1 LOCALIZAÇÃO E ASPECTOS FISIográficos DA ÁREA DE ESTUDO	20
2 O PORTO DO CAPIM E SUA HISTÓRIA	29
CAPÍTULO II	35
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	35
CAPÍTULO III	42
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	42
1 ÁREA DE ESTUDO	42
2 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA E DOCUMENTAL	43
3 A COLETA DE DADOS	46
CAPÍTULO IV	49
RESULTADOS E DISCUSSÕES	49
1 RESULTADOS	49
1.1 O PÚBLICO ENTREVISTADO	50
1.2 A DIVERSIDADE CULTURAL DO PORTO DO CAPIM: ENTRE O MATERIAL E O SIMBÓLICO	57
1.2.1 O ‘ponto de cultura’ do Porto do Capim	65
1.2.2 A cartografia social do Porto do Capim: território e territorialidade de uma comunidade ribeirinha	68
2 DISCUSSÕES	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
REFERÊNCIAS	79
APÊNDICES	88
APÊNDICE I	89
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	89
APÊNDICE II	90
QUESTÕES NORTEADORAS DAS ENTREVISTAS - ÂMBITO GERAL	90
APÊNDICE III	91
QUESTÕES NORTEADORAS DA ENTREVISTA	91
APÊNDICE IV	92
QUESTÕES NORTEADORAS DA ENTREVISTA	92
APÊNDICE V	93
QUESTÕES NORTEADORAS DA ENTREVISTA	93
APÊNDICE VI	94

QUESTÕES NORTEADORAS DA ENTREVISTA.....	94
APÊNDICE VII	95
QUESTÕES NORTEADORAS DA ENTREVISTA.....	95
APÊNDICE VIII	96
QUADRO PARA COLETA DE COORDENADAS	96

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

INTRODUÇÃO

Ao estudarmos os povos e comunidades tradicionais, devido às suas relações de identidade com seus territórios, é conveniente que seja levado em conta, não apenas o território por elas ocupado, numa perspectiva de que o mesmo seja um simples conferidor de recursos naturais, onde as relações de poder nele contextualizadas estão veladas, mas que, ao analisarmos os territórios tradicionalmente ocupados, sejam considerados os modos de ser e fazer neles exercidos, estando inclusas nesses “modos de ser e fazer” todas as relações de ordem afetiva, simbólica e de pertencimento, neles materializadas.

Estudar os “modos de ser e fazer” dos grupos sociais, não apenas dos povos tradicionais, é mergulhar, também, no mundo do imaginário¹, do simbólico², do místico³ e do afetivo⁴, é mergulhar, melhor dizendo, na própria subjetividade.

Quando adentramos o terreno das sociedades tradicionais, percebemos que há algo além do percebido nas práticas da sociedade dita urbana; adentrar nos territórios tradicionais é adentrar na identidade dos povos que neles habitam, de tal forma, que um é como que extensão do outro, fazendo-nos mergulhar no conhecimento de suas práticas cotidianas, as quais resultam da subjetividade daqueles que vivem o território, preenchendo-o de usos e significados.

Para uma melhor compreensão e caracterização do que é o território e das territorialidades existentes nas comunidades tradicionais, em especial dos ribeirinhos, fora resolvido fazer um estudo de caso na comunidade do Porto do Capim. Tal comunidade, está localizada geograficamente na região estuarina do rio Paraíba do Norte, região esta que está inserida em partes dos municípios de João Pessoa, Bayeux, Santa Rita, Cabedelo e Lucena, todos no Estado da Paraíba. A perspectiva na qual o estudo será abordado, levará em consideração a relação da comunidade tradicional e ribeirinha do Porto do Capim com o supracitado estuário.

¹ Imaginário, no sentido de representação, ou seja, a realidade exterior percebida, adentra o imaginário, que, principalmente em seu campo representativo, a traduzirá e a conduzirá novamente para o exterior, promovendo experiências cotidianas (LAPLANTINE e TRINDADE, 1997)

² Simbólico, no sentido de valores, vinculados aos lugares e objetos (ROSENDAHL, 2007 *apud* CAETANO e BEZZI, 2011)

³ Místico, no sentido de espiritual, de relação com as divindades.

⁴ Afetivo, no sentido de sentimento pelo lugar

A comunidade do Porto do Capim apresenta grande diversidade de elementos e usos, considerados tradicionais⁵ (pescadores, marisqueiras, catadores de crustáceos, confecção de canoas e redes, assim como um terreiro de umbanda, sítio de religião tradicional de matriz africana, a qual, possui profunda relação com a natureza). Este somatório de elementos, configuram, portanto, o Porto do Capim, como uma comunidade dotada de grande complexidade e multiplicidade, onde o entrelaçar dos saberes – fazeres – viveres, se encontram presentes de forma marcante.

Para melhor compreensão, é conveniente que seja esclarecido que existe uma diferença quando se fala de Porto do Capim se referindo ao sítio geográfico do Porto do Capim, o qual se localizada no bairro do Varadouro, na cidade de João Pessoa, capital da Paraíba e o Porto do Capim enquanto núcleo de reprodução das comunidades presentes na área do antigo Porto da Paraíba, que se espalhou para além da linha do trem. As comunidades do Porto do Capim compõem uma área de maior abrangência, pois incluem, também, pessoas que habitam áreas próximas ao antigo Cais do Porto, como nas áreas limítrofes: Vila Nassau, Frei Vital e a Praça 15 de Novembro (Mapa 1), assim como pessoas que se territorializaram em áreas próximas ao Varadouro, separadas apenas pelo leito do rio⁶.

Para os habitantes das comunidades do Porto do Capim, de modo particular para as diversas categorias de povos tradicionais que formam a diversidade cultural das mesmas, **o rio, o manguezal e as ilhas e ilhotas estuarinas**, são muito mais que uma paisagem para a contemplação ou fornecedores de recursos. Para essas comunidades ribeirinhas, o espaço natural que as rodeia, é percebido como parte de um conjunto indissociável entre esse espaço e os moradores das comunidades, formando um todo ambiental, ou geograficamente falando, existe a relação entre a sociedade e a natureza, onde a ruptura dessa relação coloca em risco o legado cultural dessas comunidades.

Para compreender como esse “todo” se apresenta, faz-se mister mergulhar no cotidiano das comunidades do Porto do Capim, vislumbrando as profundas relações afetivas, simbólicas e de pertencimento com o território são reveladas, e nesse revelar-se, emergir-se-á a teia de relações, a diversidade de modos de ser e fazer, que dão forma

⁵As práticas tradicionais presentes na comunidade, deram sinais acerca dos grupos tradicionais nela presentes, sendo utilizado como “crivo” dos grupos tradicionais da comunidade, os que são reconhecidos pelo Decreto 8.750/2016

⁶ Esse é o caso da Entrevistada IV, que desenvolve a maior parte de suas atividades, do outro lado do rio Sanhauá, na faixa de vegetação do município de Bayeux.

e particularidade àquele rincão de valor cultural inestimável para a cidade de João Pessoa.

A problemática que resultou no presente estudo vem da necessidade de um estudo mais detalhado sobre a questão do território e territorialidade para os povos tradicionais, que são comumente estudados pelas ciências humanas e sociais, mais corriqueiramente pela antropologia, sociologia e história, cada uma com sua linguagem científica específica, no entanto a geografia tem muito a contribuir, no que diz respeito à produção do espaço e no arranjo geográfico do mesmo, produzido por relações sociais de poder.



Mapa 1 – Localização da área de abrangência do Porto do Capim no Varadouro
 Fonte: elaborado por Araci Farias Silva



Sabendo que as comunidades do Porto do Capim encontram-se encravadas nas poligonais de tombamento patrimonial, tanto do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN⁷, como do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba – IPHAEP⁸, em níveis federal e estadual, respectivamente, além de estarem em área de domínio da união, assim como em Área de Preservação Permanente – APP, e, por fim, em disputa conflituosa com a gestão municipal, temos um caldeirão de possibilidades de leitura e de análises na perspectiva geográfica.

Por ser uma comunidade reconhecidamente tradicional, traz consigo o seu legado cultural, por ela construído e reproduzido por mais de cinco gerações, cuja tendência é que esse bem cultural se converta em patrimônio cultural, reconhecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN), visto se tratar de uma comunidade tradicional, com laudo antropológico feito por profissional (Antropólogo) a pedido do Ministério Público Federal.

Tendo em mente que o Patrimônio Cultural é constituído de bens de natureza material e imaterial, o que é reconhecido internacionalmente⁹, assim como na própria Constituição da República Federativa do Brasil¹⁰ e em outros dispositivos infraconstitucionais¹¹, e tendo em vista que a proteção ao Patrimônio Cultural é de fundamental importância para manter a identidade cultural das regiões, lugares e povos, a presente pesquisa visa identificar as diversas categorias¹² de grupos tradicionais, que formam o quadro sociocultural da Comunidade Tradicional e Ribeirinha do Porto do Capim, assim como os diversos usos tradicionais dos mesmos, em sua relação cotidiana de cunho material e simbólico com o estuário do rio Paraíba do Norte.

⁷ Cfr. Processo de Tombamento nº 1.501-T-02 *in* (GONÇALVES, H., 2014)

⁸ Cfr. Deliberação nº 05/2004 do Conselho de Proteção dos Bens Histórico-Culturais – CONPEC e homologada pelo Governo do Estado da Paraíba, por meio do Decreto nº 25.138, de 28 de junho de 2004.

⁹ As Convenções da UNESCO são fundamentais para a compreensão do Patrimônio Cultural, enquanto de natureza material e imaterial, de modo particular: a Recomendação Paris sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular, celebrada em 1989, em Paris; a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, reunida em 2003, em Paris e a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, celebrada em 2005, em Paris.

¹⁰ Conferir o Artigo 216.

¹¹ Há vários instrumentos legais que tratam dessa temática, dentre os quais destacamos: o Decreto Nº 3.551/2000, que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, o Decreto Nº 5.753/2006, que promulga a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, adotada em Paris, em 17 de outubro de 2003, e assinada em 03 de novembro de 2003; o Decreto Nº 6.177/2007, que promulga a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, assinada em Paris, em 20 de outubro de 2005, o Decreto 6.040/2007 (Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, além da Lei 12.343/2010 (Plano Nacional de Cultura – PNC) e a Lei 8.313/1991 (Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC)

¹² O Decreto 8.750/2016 reconhece 28 (vinte e oito) categorias dos chamados povos tradicionais.

Este estudo justifica-se, portanto, devido à necessidade de uma melhor compreensão acerca dos aspectos socioculturais ali presentes, o que poderá auxiliar na construção de uma visão de respeito e valorização de um dos sítios históricos da Paraíba, e, principalmente, de João Pessoa, tanto por parte dos poderes públicos, como por parte da sociedade, o que contribuirá para a salvaguarda daquele rincão cultural, em sua multiplicidade de usos, costumes e tradições.

O presente trabalho tem como objetivo geral conhecer a relação das comunidades do Porto do Capim com o estuário do rio Paraíba do Norte, a partir da ótica dos diversos grupos tradicionais nela presentes e seus usos, contribuindo para a delimitação de seu território e sua territorialidade. Para tanto, possui como objetivos específicos: identificar os grupos tradicionais presentes na comunidade do Porto do Capim, caracterizando os usos tradicionais por eles praticados e utilizar um *software* de geoprocessamento, enquanto uma ferramenta SIG (Sistema de Informações Geográficas) como meio auxiliar para a obtenção de informações correlacionadas entre as camadas (*layers*) e visualização espacial da Cartografia Social, visando mapear a territorialidade do Porto do Capim no estuário do rio Paraíba do Norte, a fim de delimitar o seu território.

No tocante à estrutura, o presente trabalho dispõe-se da seguinte forma: as considerações preliminares, 04 (quatro) capítulos, as considerações finais e sete apêndices. As considerações preliminares, englobam a introdução, a justificativa e os objetivos deste trabalho. O capítulo 1 trata da descrição da área de estudo, em seus aspectos de localização, fisiográficos e históricos. O capítulo 2 discorre acerca do referencial teórico utilizado para o embasamento deste trabalho. O capítulo 3 traz os procedimentos metodológicos utilizados para a pesquisa e a construção deste trabalho. O capítulo 4 trata dos resultados e discussões. As considerações finais, por sua vez, tratam das recomendações. No tocante aos apêndices, constam: O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, os roteiros das entrevistas e o quadro para a coleta de coordenadas, totalizando oito apêndices.

CAPÍTULO I

CONSIDERAÇÕES SOBRE A ÁREA DE ESTUDO

1 LOCALIZAÇÃO E ASPECTOS FISIOGRAFICOS DA ÁREA DE ESTUDO

Área objeto do trabalho em pauta, localizada na faixa leste do Estado da Paraíba – Brasil, o estuário do rio Paraíba do Norte estende-se por aproximadamente 22 quilômetros, estando situado entre a Ponte Velha, sobre o rio Sanhauá, em João Pessoa (Figura 1) e o Porto de Cabedelo, em Cabedelo (Figura 2) (STEVENS, 2014), abarcando cinco municípios paraibanos, a saber: João Pessoa, Bayeux, Cabedelo, Santa Rita e Lucena (ARAÚJO, 2014).



Figura 1 – Ponte Velha sobre o rio Sanhauá.
Fonte: Iran Araujo Cabral



Figura 2 – Porto de Cabedelo, Cabedelo – PB.

Fonte: Cais do Porto *in* Plano Mestre Porto de Cabedelo – Versão Completa, 2013, p. 67.

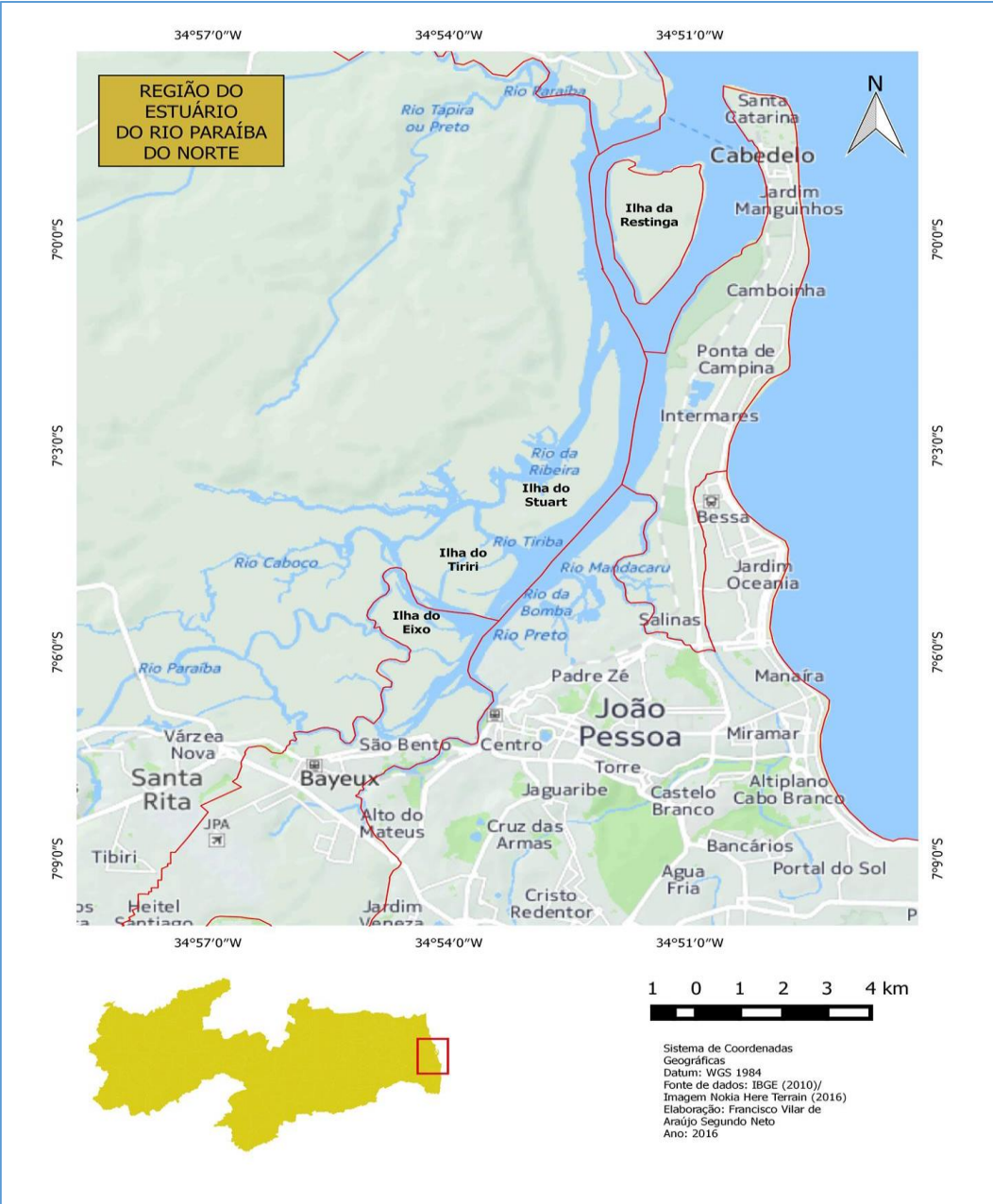
O rio Paraíba do Norte, em seu baixo curso, é perene (LAVÔR, 2016) e, “em sua porção terminal, tem como afluentes, os rios: Sanhauá, Caboco, Paroeira, Mandacaru, Tiriri, Ribeira e da Guia” (LAVÔR, 2016, p. 73) e apresenta uma série de ilhas e ilhotas, dentre as quais, destacamos: a Ilha do Eixo¹³, a Ilha de Tiriri¹⁴, a Ilha do Stuart¹⁵ e a Ilha da Restinga¹⁶, a maior de todas (Mapa 2).

¹³ Ilha do Eixo – Pertencente ao município de Bayeux - PB, é uma das principais ilhas estuarinas do rio Paraíba do Norte.

¹⁴ Ilha de Tiriri – Pertencente ao município de Santa Rita - PB, possui cerca de oito quilômetros quadrados e um solo bastante fértil (SOBRINHO, 2006)

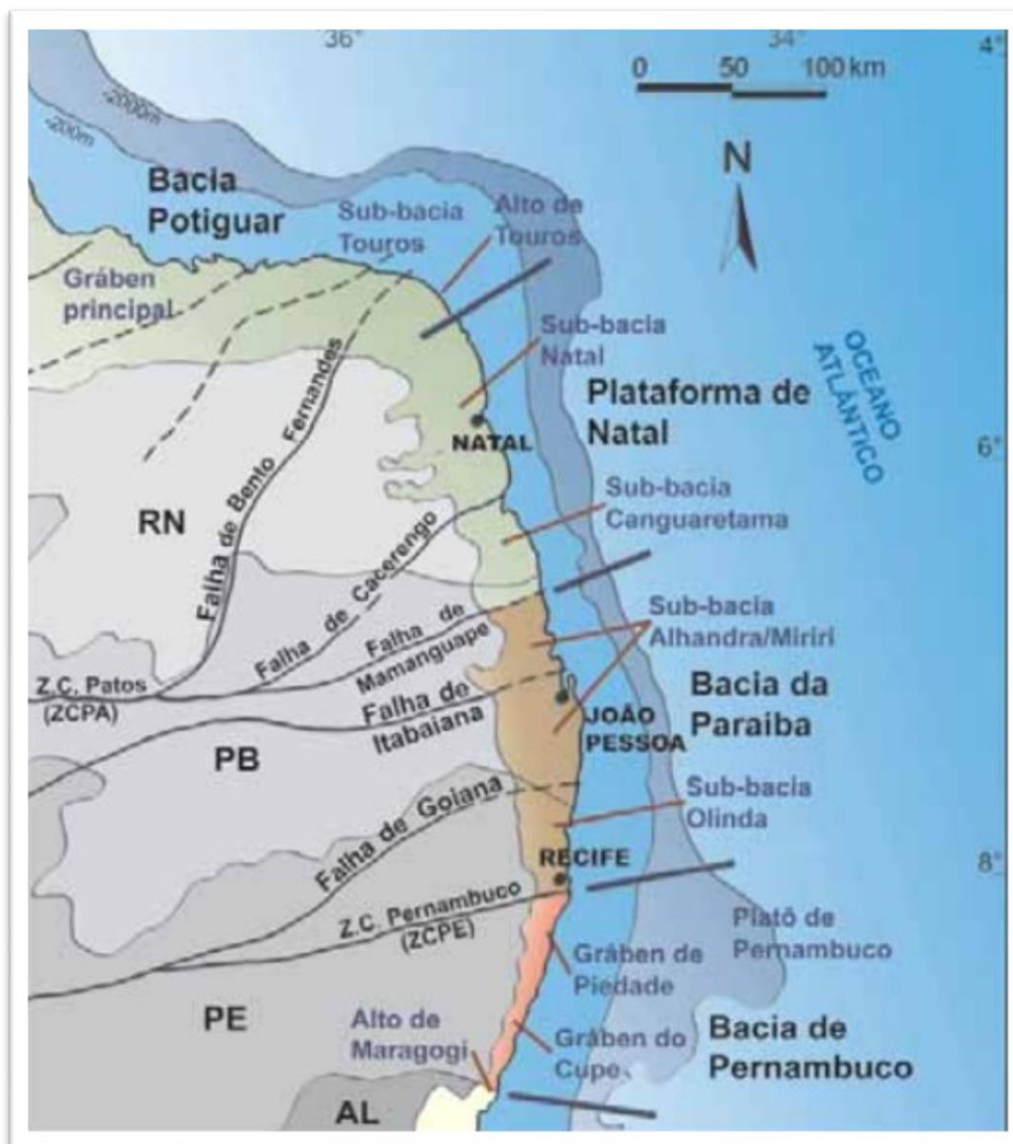
¹⁵ Ilha do Stuart – Pertencente ao município de Santa Rita – PB, deve o seu nome, ao “seu antigo proprietário, o inglês Jordão Stuart” (SOBRINHO, 2006, p.16)

¹⁶ Ilha da Restinga – Outrora denominada Ilha da Camboa (GONÇALVES, R., 2007), a Ilha da Restinga é a maior ilha do estuário do rio Paraíba do Norte, e pertence ao município de Cabedelo – PB.



Mapa 2 – Região do Estuário do Rio Paraíba do Norte e as ilhas e ilhotas estuarinas
Fonte: elaborado por Francisco Vilar de Araújo Segundo Neto

O estuário do rio Paraíba do Norte, está inserido, em sua totalidade, na Bacia da Paraíba, mais precisamente na Sub-bacia Alhandra-Miriri (Mapa 3) (BARBOSA, 2007), “com predominância de sedimentos terciários e quaternários das formações do Grupo Paraíba e do Grupo Barreiras” (GUEDES, 2002 *apud* ARAÚJO, 2014, p. 20).



Mapa 3– Sub-bacias Alhandra-Miriri e Olinda que compõem a Bacia da Paraíba.
 Fonte: Barbosa& Lima Filho, 2006 apud Barbosa, 2007, p. 16.

A geomorfologia do estuário do rio Paraíba do Norte, está compreendida no Setor Oriental Úmido e Subúmido, apresentando áreas sedimentares marinhas e fluvio-marinhas (PARAÍBA, 2006), estando inserido no que Araújo (2014, p. 20) aponta como “compartimento geomorfológico da planície flúvio-marinha”, apresentando como principal domínio geomorfológico, a baixada litorânea (PARAÍBA, 2006), que “Compreende os terrenos planos, constituídos por sedimentos recentes, que ocupam as cotas mais baixas da orla marítima e adjacências” (PARAÍBA, 2006, p. 21) e “é composta de formas variadas que resultam da acumulação de sedimentos marinhos, fluviais e flúvio-marinhos.” (FURRIER, 2007, p. 63).

Por estar inserido em uma região litorânea, o clima da região estuarina do rio Paraíba do Norte, sofre grande influência das massas de ar úmidas do oceano Atlântico,

configurando, numa abordagem tradicional, conforme a classificação climática de Köppen, em um clima “do tipo tropical quente e úmido (As), com chuvas de outono a inverno e as temperaturas são classificadas em média de 26°C, e as médias pluviométricas desta região chegam em torno de 1.800 mm” (UFSC, 2011, p. 17)

Entendidos como uma região costeira parcialmente fechada, possibilitando o encontro e mistura das águas fluviais e marinhas (SCHMIEGELOW, 2004), os estuários apresentam características particulares, principalmente no tocante às variações de salinidade, devido às interações entre a água doce, dos rios e da chuva, e a água salgada, do mar, além de sua sujeição à dinâmica das marés (STEVENS, 2014), sendo, portanto, “ambientes de transição entre os ecossistemas terrestres e os marinhos” (IBGE, 2004, p. 134).

A planície fluvio-marinha do rio Paraíba do Norte, onde está inserido o estuário homônimo, no dizer de Furrier (2007, pp. 66-67), é constituída por “sedimentos areno-argilosos, ricos em matéria orgânica”, configurando os chamados “solos indiscriminados de mangue”, tipologia quase que hegemônica, para a área, e que se caracterizam por ser:

“Predominantemente halomórficos, indiscriminados, alagados, que se distribuem nos estuários, avançando para o interior do continente, até cessar a influência das marés. São, portanto, não ou muito pouco desenvolvidos, muito mal drenados, com alto teor de sais provenientes da água do mar e de compostos de enxofre que se formam nessas áreas sedimentares. Apresentam textura variável, desde arenosa, até argilosa.” (FURRIER, 2007, p. 74)

Por denotar essas características, o solo dos manguezais, apresenta formações vegetais adaptadas às variações de salinidade, ao elevado teor de matéria orgânica e ao baixo teor de oxigênio, vegetação essa, denominada mangue (Figura 3), que apresenta uma “associação de árvores e arbustos, (*Rhizophora mangle*, *Laguncularia racemosa*, *Avicenia sp.*) além de gramíneas (*Spartina sp.*)” (SUGUIO, 1998, p. 488), além de outros gêneros, ocorrentes em áreas de transição, como *Conocarpus*, *Hybiscus* e *Acrostium* (CORREIA; SOVIERZOSKI, 2005) (Figura 4) e que receberá uma denominação diferente, de acordo com o gênero dominante: mangue vermelho, para a dominância do gênero *Rhizophora*, mangue branco, para a dominância do gênero *Laguncularia*, e mangue siriúba ou mangue preto, para a dominância do gênero *Avicenia*. (PIZZATTO; PIZZATTO, 2009), além do mangue-de-botão, para a dominância do gênero *Conocarpus* (CORREIA; SOVIERZOSKI, 2005). A vegetação

de mangue distribui-se por quase toda a região estuarina do rio Paraíba do Norte, podendo ser percebido um adensamento representativo na área de estudo. (Mapa 4).



Figura 3– Vegetação de Mangue

Fonte: Iran Araujo Cabral

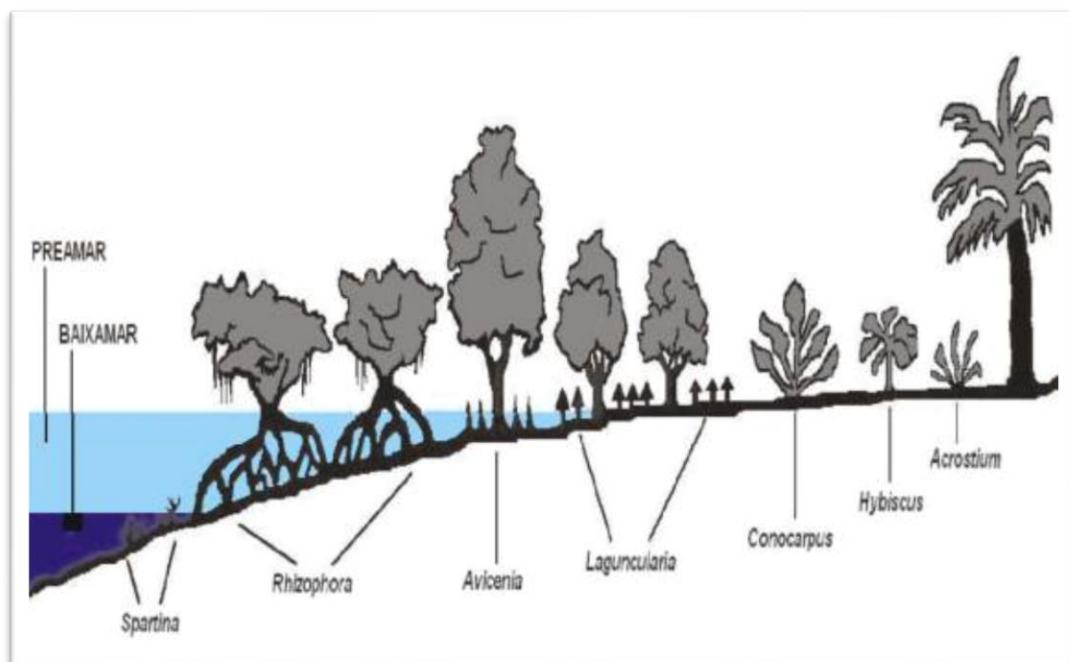
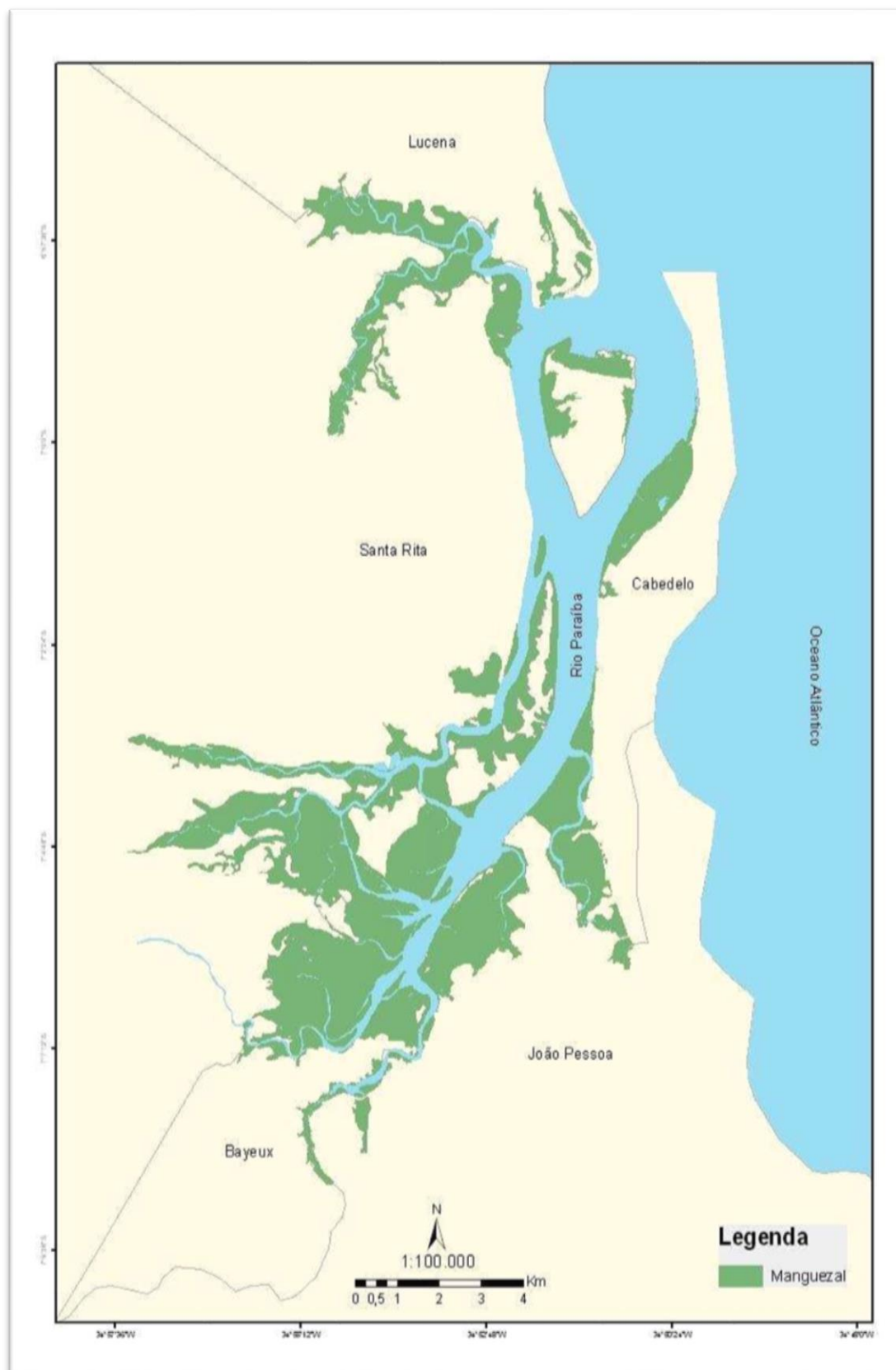


Figura 4 - Zonação horizontal da vegetação num ecossistema de manguezal

Fonte: CORREIA; SOVIERZOSKI, 2005, p. 24.



Mapa 4- Extensão dos Manguezais ao longo do Estuário do Rio Paraíba
 Fonte: ARAÚJO, 2014, p. 22.

Por serem ecossistemas de transição, ricos em nutrientes, os manguezais são de fundamental importância para a manutenção da cadeia alimentar nas áreas costeiras (CORREIA; SOVIERZOSKI, 2005), visto que:

Apresentam condições propícias para a alimentação, proteção e reprodução de muitas espécies de animais aquáticos, tanto marinhos quanto estuarinos e até mesmo alguns dulcícolas, que necessitam dessas áreas para se reproduzirem durante o seu ciclo biológico e desenvolverem diferentes fases larvais das suas respectivas proles. (CORREIA; SOVIERZOSKI, 2005, p. 27).

Essa riqueza de nutrientes, oriunda da drenagem e do escoamento superficial das áreas continentais, assim como dos rios, além dos nutrientes advindos das águas oceânicas, faz dos manguezais atrativos, para uma fauna bastante diversificada, composta por: insetos, aves e, principalmente, peixes, crustáceos, moluscos, entre outros (ALVES, 2001), além de serem utilizados como berçário e áreas de reprodução para as espécies. (CORREIA; SOVIERZOSKI, 2005)

Nessa linha de raciocínio, não é de se estranhar que grupos humanos passassem a habitar próximos a ecossistemas como os manguezais, pois:

Existem inúmeros bancos de invertebrados, junto às áreas de manguezais, formados principalmente por moluscos bivalves e crustáceos decápodos, os quais servem de sustento para as populações humanas que vivem da pesca artesanal (CORREIA; SOVIERZOSKI, 2005, p. 30).

O mesmo é também encontrado no estuário do rio Paraíba do Norte, pelos povos ribeirinhos que o habitam, tal é o caso das “croas” (Figura 5), que são “[...] bancos de areia ou lama que podem periodicamente ficar expostos na maré baixa” (STEVENS, 2014, p. 48), e que as comunidades ribeirinhas utilizam para práticas de coleta e pesca. (Figura 6)



Figura 5 – Cra na margem direita do rio Paraíba do Norte
Fonte: Iran Araujo Cabral, 2015



Figura 6 – Pesca artesanal na cra do rio Paraíba do Norte
Fonte: Patrícia Assad, 2016

2 O PORTO DO CAPIM E SUA HISTÓRIA

O estuário do Rio Paraíba do Norte, foi o ponto inicial do processo de ocupação do território paraibano pelos colonizadores europeus, principalmente portugueses e holandeses, com especial destaque para o rio Sanhauá, pois, em suas margens, em 1585, no atual bairro do Varadouro, ocorrera a fundação da primeira cidade da Paraíba: a cidade de Nossa Senhora das Neves, atual João Pessoa. (MÁXIMO, 2013; SILVA, Akene, 2014)

No dizer de Silva, Akene (2014) a então cidade de Nossa Senhora das Neves, cresceu em dois pontos principais, o Varadouro, também chamado de cidade baixa, caracterizado por ser uma área voltada para o comércio, devido à proximidade com o rio Sanhauá, e a cidade alta, caracterizada pela presença das igrejas e outras edificações do poder público. (UFPB, 2015)

Essa vocação para as atividades comerciais, presente no Varadouro, deu-se: “[...] em função **da presença de “vários portos”** que ali existiam e coexistiam desde o século XVI, e posteriormente, já no final do século XIX, com o estabelecimento da rede ferroviária. ” (UFPB, 2015, p. 4, grifo do original)

Acerca destes “vários portos”, supracitados, convém esclarecer que eram de três tipos: “o de longo curso, o de cabotagem e o estuarino” (UFPB, 2015, p. 4), que desempenhavam funções diferentes. O de longo curso, voltava-se para o recebimento de embarcações de maior porte, com capacidade de transportar, por via marinha, bens e pessoas de outras nações. O de cabotagem, voltava-se para o recebimento de embarcações de porte menor, se comparadas às que atracavam no porto de longo curso, com a particularidade, de que estas embarcações navegavam em um mesmo país, seja “[...] entre portos fluviais (utilizando vias navegáveis interiores) ou portos marítimos (sem perder a visibilidade da costa). ” (UFPB, 2015, p. 4), por fim, no que diz respeito ao porto estuarino, este é caracterizado por possuir vários trapiches (Figura 7) que as populações circunvizinhas utilizavam, e ainda hoje utilizam (Figura 8), para o transporte de bens e pessoas, pelo estuário do rio Paraíba do Norte. (UFPB, 2015)

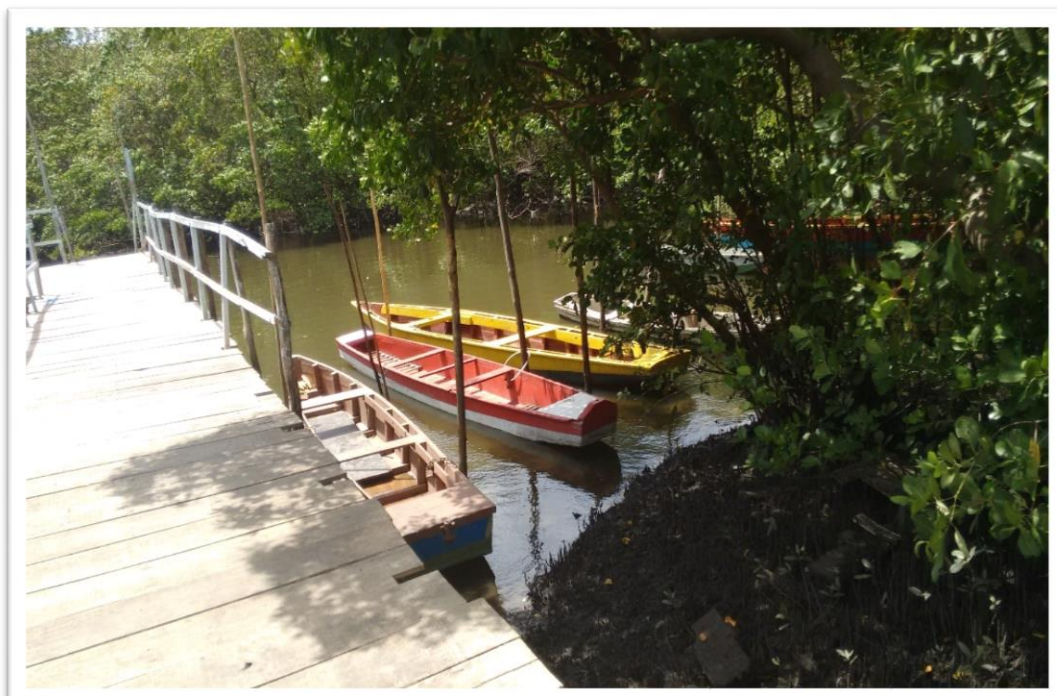


Figura 7 – Trapiche do Porto do Capim
Fonte: Iran Araujo Cabral



Figura 8 – Crianças do Porto do Capim no trapiche, em sua relação próxima e cotidiana com o rio
Fonte: Iran Araujo Cabral

No tocante aos diversos trapiches espalhados pelo estuário, e que formam o porto estuarino, é interessante observar, que, entre o final do século XIX e início do

século XX, quando os portos de longo curso e de cabotagem, são transferidos para o novo porto da Paraíba, em Cabedelo, os referidos trapiches permaneceram, e são até hoje utilizados, o que é apontado pela UFPB, em seu Relatório Técnico Multidisciplinar sobre o Porto do Capim, como um sinal que a comunidade, que passa a ocupar a área, cada vez mais abandonada, fez dali sua residência, após a transferência do porto para Cabedelo, possui, não apenas profundas ligações com o rio, mas uma rede de “relações de parentesco, de compadrio e de amizade, além de negócios, que entrelaçam as comunidades de vários pontos do estuário.” (UFPB, 2015, p. 5), visto que os novos moradores, eram ninguém menos que “famílias de ex-trabalhadores braçais desempregados e de pescadores que viviam no entorno” (*Op. Cit.*, 2015, p. 5)

Outro aspecto relevante, a ser observado, é que a construção do Porto do Varadouro, ocasionara elevada degradação na área, em virtude do desmatamento e do processo de aterramento do leito do rio (Figura 9), a fim de satisfazer as necessidades do comércio. Após a transferência do porto para Cabedelo e as ocupações feitas por pescadores e outros trabalhadores da área, ocorrera uma mudança de uso, antes essencialmente comercial, para a de moradia, com a particularidade de que as relações com o rio, o manguezal e o estuário, permaneceram, e, mais que isso, possibilitaram que o ecossistema manguezal recuperasse parcela de sua área original (Figura10)

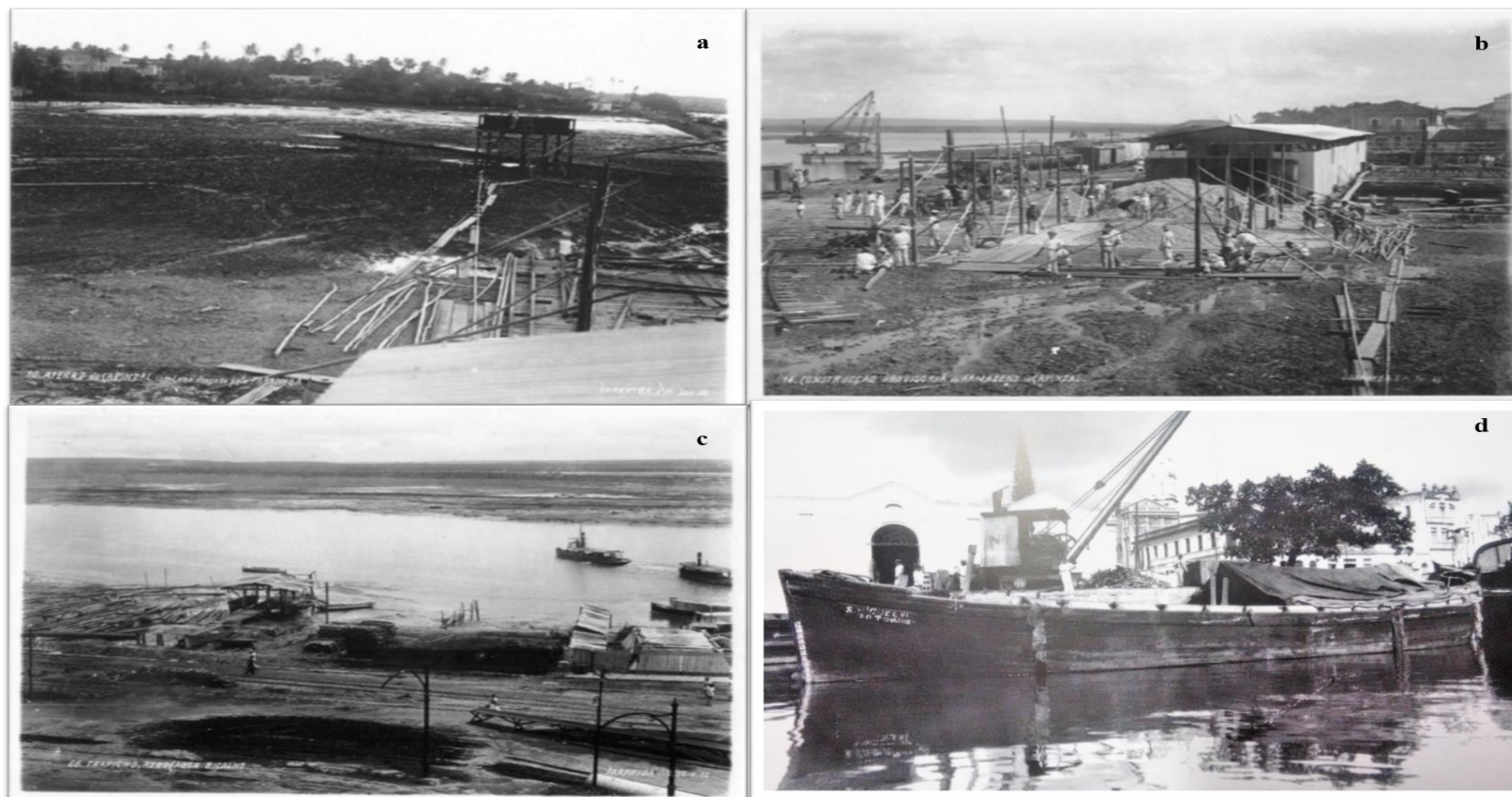


Figura 9 – Fotos históricas do Porto do Varadouro, João Pessoa – PB: a) Obras para a Construção do Porto – janeiro de 1922, b) Obras de aterramento para a construção dos armazéns provisórios do Porto da Parahyba - janeiro de 1922, c) Obras do Porto da Parahyba, onde hoje se localizam a vegetação de mangue e a comunidade – abril 1922 e d) Alvarenga ‘S. Miguel’, de 30 toneladas, pertencente ao Lloyd Brasileiro, descarregando mercadorias no Porto do Capim, antigo ancoradouro da cidade – ano de 1931.

Fonte: Figuras a, b e c - Acervo Porto de Cabedelo in UFPB, 2015, pp. 27, 28 e 32, respectivamente. Figura d - Acervo Museu Walfredo Rodrigues in MOURA, 2006, p. 17.



Figura 10–Fotos atuais do que configurava o antigo Porto do Varadouro: a) Vista aérea de João Pessoa – Cidade Baixa – Rio Sanhauá – Nas imediações da Praça 15 de Novembro e da Vila Nassau, b) Vegetação de Mangue nas imediações da Vila Nassau e c) Vegetação de Mangue nas imediações da Vila Nassau. Fonte: a) <http://radioportodocapim.com.br/porto-do-capim-iab-pb-participa-de-reuniao-no-mpfjb/>, b) e c) Iran Araujo Cabral.

A partir das imagens acima expostas, podemos observar que a ocupação dos ex-trabalhadores do Porto, após a transferência deste, para Cabedelo, assim como dos pescadores que viviam no entorno do mesmo, ressignificaram o lugar e o impregnaram de sua cultura ribeirinha, mantendo-a presente no estuário do rio Paraíba do Norte.

CAPÍTULO II

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O termo “povos tradicionais” é comumente utilizado para designar diversas categorias de grupos humanos, que constituem uma parcela significativa da colcha de retalhos da humanidade e suas culturas. Em se tratando de Brasil, isso é perceptível quando observamos que diversas denominações regionais ou locais, utilizadas para designar tais grupos, são pelos mesmos absorvidas e passam, em cima dessas mesmas denominações, a construir sua identidade cultural e territorial. Dentre esses povos, podemos citar: os povos indígenas, os quilombolas, os pescadores artesanais, os povos e comunidades de terreiro, extrativistas, caiçaras, ribeirinhos, e diversas outras categorias, que inclusive, são contempladas na legislação competente¹⁷.

Diferentemente das sociedades industriais, costuma-se enxergar os Povos e Comunidades Tradicionais como os grupos humanos com maior ligação como meio, no qual habitam, independentemente do fato de necessitarem, para reprodução material, dos recursos ambientais presentes em seus territórios, visto que essa ligação dá-se, também, pelo fato de no meio e com o meio, terem desenvolvido profundas relações de cunho afetivo e simbólico, principalmente no tocante à sua identidade cultural, que foram construídas por meio das relações cotidianas e dos lugares que frequentam, assim como devido ao fato da dimensão espiritual, construída na teia dessas relações e onde a natureza é vista, por vezes, numa espécie de patamar de divina.

Apesar das particularidades que caracterizam os povos e comunidades tradicionais, ainda há grandes dificuldades enfrentadas por esses grupos, no tocante a valorização de sua cultura e reconhecimento e proteção de seu território, apesar de existir um certo aparato jurídico-normativo, que, em tese, serviria para sanar esses problemas, entretanto, há uma certa dificuldade de reconhecimento dos Povos e Comunidades Tradicionais e de seu território, sendo interessante observar que:

As dificuldades de efetivação destes dispositivos legais indicam, entretanto, que há tensões relativas ao seu reconhecimento jurídico-formal, sobretudo porque rompem com a invisibilidade social, que historicamente caracterizou estas formas de apropriação dos recursos baseadas principalmente no uso comum e em fatores culturais intrínsecos, e impelem a transformações na estrutura agrária. (ALMEIDA, 2008, p. 26).

¹⁷Conferir o Decreto 8.750/2016, que institui o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Essa colocação de Almeida é precisa, pois coloca a problemática questão agrária brasileira como causa dos problemas enfrentados pelos povos e comunidades tradicionais. Isso é cristalino e a própria História Colonial brasileira, nos revela que o território brasileiro, desde sua colonização, foi votado à exploração de seus recursos (SIMONSEN, 2005), não é de se admirar, portanto, que, não apenas indígenas e quilombolas, mas outros povos que desenvolveram modos de crer, ser e fazer próprios, vivessem numa espécie de “obscuridade” e/ou “esquecimento” por parte das classes dominantes, sendo, passíveis de expropriação, remoção, fragmentação e destruição cultural ou étnica, com fins de satisfazer as necessidades mercadológicas e das mesmas classes dominantes.

Como muitas vezes “a história se repete”, é possível verificar isso na Comunidade Tradicional e Ribeirinha do Porto do Capim, que vive constantemente ameaçada com o “fantasma da remoção¹⁸”, no dizer dos próprios moradores da comunidade, por parte de uma Prefeitura, que, sob uma ótica mercadológica¹⁹ almeja a remoção (GONÇALVES, H., 2014) da comunidade ribeirinha que ali reside e ali teceu suas redes socioculturais, e que não leva tanto em conta as particularidades daquele território, ou seja, do caráter tradicional dos sujeitos ali presentes e que também formam, com o seu saber e suas práticas cotidianas, materiais e simbólicas, o arcabouço cultural da cidade.

Nessa perspectiva, e levando em conta que a relação território - povos tradicionais, é fator determinante, para a permanência ou não, das comunidades do Porto do Capim em seu território, pergunta-se: o que significa um território para as comunidades do Porto do Capim?

A fim de alicerçar este trabalho, recorrem-se aos conceitos território e territorialidade, tão caros à Geografia, lidos sob a ótica do simbólico, proporcionando estudar como os mesmos são moldados e configurados por meio da cultura e das práticas cotidianas transmitidas de geração em geração, nos permitindo uma maior compreensão acerca da apropriação subjetiva dos povos e comunidades tradicionais para com seu território. Também se recorre ao aporte metodológico da Cartografia

¹⁸Essa expressão, corriqueira entre os habitantes do Porto do Capim, refere-se aos sucessivos projetos, por parte da Prefeitura Municipal de João Pessoa, de intervenção na área, que, sob o pretexto da “revitalização” e de “devolver o rio à cidade”, buscam remover as comunidades da área, a fim de transformá-la em uma praça de eventos, e fazer daquele espaço “objeto de consumo de uma classe média direcionada ao consumo da história, da cultura e do acervo patrimonial ali existente” (SILVA, Regina, 2016, p. 89).

¹⁹ Cfr. Edital de Licitação, na modalidade Tomada de Preços - Nº 33.004/2014, da Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de João Pessoa – SEPLAN-JP.

Social, que nos permite, com seu olhar crítico, utilizar a linguagem dos mapas para dar visibilidade e, mais que isso, empoderamento aos postos no papel de “inexistentes” pelas classes dominantes e pelos ditames do mercado.

Compreender o território e a territorialidade é de fundamental importância para os estudos acerca dos Povos e Comunidades Tradicionais, pois, se a característica fundamental dos mesmos é sua tradicionalidade, esta só existirá e se perpetuará, se houverem condições adequadas à sua reprodução, seja em nível de subsistência e/ou a nível cultural e simbólico. E isso só é possível em um território, que a legislação competente denomina “territórios tradicionais” (BRASIL, 2007), reconhecidos como fundamentais para a reprodução dos povos e comunidades tradicionais. Assim, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, estabelecida pelo Decreto 6.040/2007, Art. 3º, inc. II, conceitua esses territórios, como: “os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária[...]”.

Compreender essa necessidade dos Povos e Comunidades Tradicionais com o seu território, é mergulhar na profunda relação do homem com a terra, como denota Dardel (*apud* COSTA, 2015, p. 117) “[...] uma relação concreta se trava entre o homem e a terra, uma geograficidade do homem como modo de sua existência e do seu destino”, entendendo essa “geograficidade” como sinônimo de territorialidade, sendo esta o elo dos homens com o seu território (COSTA, 2015), ou como diria (SANTOS, M., 2008, p. 19) a territorialidade é “pertencer àquilo que nos pertence”, ou seja, o envolvimento do homem com seu território é muito mais que reconhecê-lo como área de moradia e de subsistência, é área objeto da sua subjetividade, de seu sentimento de pertencimento, sendo o seu território “produto da apropriação/valorização simbólica [...] em relação ao seu espaço vivido” (COSTA, 2006, p. 40), o que é corroborado por Bonnemaïson e Cambrèzy (*apud* COSTA, 2006, p. 72) ao afirmarem que para além da materialidade, o “poder do laço territorial”, ou seja, a própria territorialidade, revela que o espaço está dotado das dimensões ética, espiritual, simbólica e afetiva.

A par disso, depreende-se a importância do território na construção da identidade territorial, que nada mais é que a “identificação que determinados grupos sociais desenvolvem com seus ‘espaços vividos’” (COSTA, 2015, p. 120), contribuindo invariavelmente, para a construção da identidade social dos mesmos, pois, a partir dessa identificação é que serão desenvolvidas suas atividades, suas crenças e suas formas de

expressão. Nesse contexto, a Carta Cultural Ibero-americana é precisa ao reconhecer que:

A diversidade cultural se manifesta em identidades organizadoras de territórios e mundos simbólicos, identidades inseparáveis do seu patrimônio e do meio onde os bens ou obras são criados, bem como de seus contextos naturais. (OEI, 2006, p. 6)

Assim, podemos compreender que um território assegurado para os povos e comunidades tradicionais, garante a manutenção do que a Constituição Federal do Brasil, em seu Art. 216, inc. II, denomina “modos de criar, ser e viver” dos mesmos, configurando o seu patrimônio e proporcionando a diversidade cultural. Nessa linha de proteção ao Patrimônio Cultural, a Constituição da República Federativa do Brasil é bastante enfática ao assegurar que há uma ligação entre o patrimônio cultural e a formação da identidade:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, **portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.** (BRASIL, 1988, grifo nosso)

Isso é um ponto-chave da tradicionalidade de um grupo, sendo perfeitamente verificável nos territórios tradicionalmente ocupados, nos quais, apesar da importância desempenhada pelos recursos neles presentes, podendo ser necessários ou não, para a reprodução material de seus grupos, de modo particular os recursos naturais,

os referentes espaciais, aí, também fazem parte da vida [desses grupos] como elementos indissociáveis, na criação e recriação de mitos e símbolos, podendo mesmo ser responsáveis pela própria definição do grupo enquanto tal” (COSTA, 2006, p. 69).

É justamente esse diferencial que caracteriza os povos tradicionais enquanto:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, 2007).

A UNESCO, por sua vez, por meio da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, reunida no ano de 2003, em Paris, também postula acerca da importância das relações com o ambiente, apropriado simbolicamente por cada grupo

para a construção de sua identidade, constituindo assim o território de sua reprodução simbólica:

Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” **as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas** - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - **que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural**. Este patrimônio cultural imaterial, **que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade** e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. (UNESCO, 2003, grifo nosso).

Assim posto, e visando de modo particular as sociedades tradicionais, Bonnemaison e Cambrèzy, são enfáticos ao postularem a força da apropriação simbólica e religiosa do território:

Pertencemos a um território, não o possuímos, guardamo-lo, habitamo-lo, impregnamos-nos dele. Além disto, os viventes não são os únicos a ocupar o território, a presença dos mortos marca-o mais do que nunca como signo do sagrado. Enfim, o território não diz respeito apenas à função ou ao ter, mas ao ser. Esquecer este princípio espiritual e não material é se sujeitar a não compreender a violência trágica de muitas lutas e conflitos que afetam o mundo de hoje: perder seu território é desaparecer. (BONNEMAISON e CAMBRÈZY, 1996 apud COSTA, 2006, p. 73).

Com estas palavras, os sobreditos autores denotam que esse sentimento de pertença pode chegar a vias de um território, principalmente em se tratando de sociedades tradicionais, em que “seu espaço é vivo” (BONNEMAISON, 1997 *apud* COSTA, 2006, p. 72), um ente que possibilita a existência da sociedade, uma espécie de ser fundador, e, mais que isso, “um espaço encantado” (BONNEMAISON, 1997 *apud* COSTA, 2006, p. 72) que age como intermediário entre eles, o universo e/ou o mundo espiritual ou como uma espécie de “natureza sacralizada” (COSTA, 2015, p. 119) onde os deuses habitariam e que “determina a própria existência e ação humanas” (COSTA, 2015, p. 119).

A partir do que fora exposto, alguém poderia evocar que não é possível manter a cultura e a tradição em um mundo moderno, onde dificilmente haverá algum lugar em que os ditames do mercado não tenha deitado raízes, como se modernidade e tradição fossem excludentes, como se fora necessário a um grupo que identitariamente se reconhece tradicional, a recusa à modernidade e ao desenvolvimento científico e tecnológico. É o que nos aponta Rosa (2007):

Falar em identidade cultural então é compreender um tempo de mudança onde **o moderno pode coabitar com o tradicional**, a comunidade pode coabitar com a sociedade, **não há uma anulação de uma modalidade antiga para a substituição de uma outra e sim uma realidade que permite que diferentes temporalidades ocupem o mesmo espaço e estas possam ser vivenciadas concomitantemente pelos agentes sociais**. (ROSA, 2007, p. 4, grifo nosso).

Entretanto, convém estabelecer que os Povos e Comunidades Tradicionais devem estar “vigilantes”, no sentido de buscarem manter viva sua identidade cultural - principalmente em tempos de mídias que tendem a uniformizar e que possui como que quase única função, a de formar consumidores – a fim de fazer frente ao que Costa coloca como “desterritorialização culturalista” (COSTA, 2015, p. 131). Ele frisa que os territórios ao passarem por esse processo,

[...] perdem o sentido/o valor de espaços aglutinadores de identidades, na medida em que as pessoas não mais se identificam simbólica e afetivamente com os lugares em que vivem, ou se identificam com vários deles ao mesmo tempo e podem mudar de referência espacial-identitária com relativa facilidade. (COSTA, 2015, p. 131)

Outro aspecto relevante para os Povos e Comunidades Tradicionais, tem a ver com o que Leopoldo e Moraes (2009, p. 3) chamam de “as manifestações sociais dentro do território”, ou seja, a distribuição geográfica da territorialidade de tais povos e comunidades, ou melhor dizendo, o cartografar de seus usos e costumes, nos evocando a necessidade desse poderoso recurso que é o mapa. Entretanto, sabe-se, como bem coloca OLIVEIRA et al. (2010) que a cartografia é utilizada como meio de dominação, controle social e perpetuação do poder, e,

Ao ser apropriada por povos e comunidades tradicionais, é ressignificada, passando de servir e disseminar os interesses de uma elite no poder, para impulsionar o exercício de auto-localização e de auto-afirmação das camadas populares da sociedade que, então, passam a caminhar em direção à visibilidade social perante sociedade e Estado. (idem, 2010, p. 1).

Ou seja, essa “apropriação” do recurso cartográfico, requer uma releitura do mapa, enquanto instrumento que conferia vantagem às classes dominantes no tocante ao que deve ser expresso ou não no mapa, ao que deve ser representado e ao que deve permanecer invisível (OLIVEIRA et al, 2010). Essa “desconstrução” do mapa é fundamental, a fim de que o mesmo seja um “[...] contraponto às estruturas formais de

poder da sociedade capitalista atual” (FREIRE e FERNANDES, 2010, p. 83), e passe a representar aqueles que foram postos pelas estruturas dominantes e pelo mercado, à margem do processo de construção da sociedade.

Portanto, se faz mister que recorramos a uma nova cartografia, uma Cartografia Social, cujo aspecto principal é centrado em dar visibilidade aos outrora apagados, tidos como inexpressivos, ou mesmo inexistentes (FREIRE e FERNANDES, 2010). Tendo um caráter altamente inclusivo, participativo e democrático, a Cartografia Social vai, no decorrer de seu desenvolvimento, muito mais além de algo que simplesmente dá representação e visibilidade, torna-se uma bandeira de luta para os excluídos e marginalizados, sendo instrumento de reivindicação de seus direitos e de valorização de sua cultura, assim como reivindicação do reconhecimento, por parte do Estado, de que eles também são atores sociais, que constroem, formam e enriquecem a sociedade, atitudes estas que constituem os chamados “ativismos cartográficos” (SANTOS, R., 2012, p. 2).

No contexto dos povos e comunidades tradicionais, a Cartografia Social configura-se num poderoso meio para que os modos de ser e fazer, que constituem suas práticas tradicionais e formam sua identidade, possam ser cartografados, denotando a sua territorialidade e delimitando seu território (OLIVEIRA, et al., 2010).

CAPÍTULO III

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A fim de atingir os objetivos da pesquisa, foram estabelecidas algumas etapas, que a seguir se dispõem:

1 ÁREA DE ESTUDO

Devido ao Programa de Extensão (PROEXT) Requalificação Urbana, Ambiental e Patrimonial do Porto do Capim, pelos anos de 2015 e 2016, o qual possibilitou a vivência com as comunidades que constituem o Porto do Capim (Porto do Capim, Frei Vital, Vila Nassau e Praça 15 de Novembro), assim como a compreensão das diversas formas de cultura, que ali se manifestam e os problemas e conflitos por elas enfrentados. Dos diversos problemas enfrentados pelas comunidades ali residentes, está, como no cerne desses problemas, a recusa dos Poderes Públicos em reconhecerem que as comunidades que formam o Porto do Capim, possuem caráter tradicional, ou seja, com cultura e identidade próprias, e com profundas e enraizadas ligações com o estuário, com seus rios e manguezais. E, em decorrência dessa recusa, não só o território tradicionalmente ocupado pela comunidade, não é reconhecido, mas estão diariamente assustados pelo risco de serem removidos da área. Parte desses problemas foram sanados, por intervenção do Ministério Público Federal – MPF, que solicitara um laudo antropológico acerca da tradicionalidade da comunidade, resultando no Parecer Técnico Antropológico nº 03/2015, que acabou por atestar a tradicionalidade da comunidade.

Diante desse quadro, percebeu-se que, mesmo após o reconhecimento da tradicionalidade da comunidade do Porto do Capim, havia a necessidade de que fossem identificados, caracterizados e espacializados, em um viés cartográfico, os usos e manifestações tradicionais ali presentes, sendo esta a abordagem deste trabalho

2 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA E DOCUMENTAL

Através da experiência proporcionada pelo PROEXT Requalificação Urbana, Ambiental e Patrimonial do Porto do Capim²⁰, que proporcionou, não apenas o acesso à área, de uma maneira mais efetiva, mas também, a base dos referenciais documentais e bibliográficos utilizados, contribuindo, não apenas para uma maior compreensão da área de estudo, mas para a compreensão das questões teórico-conceituais adotadas no presente trabalho.

O levantamento bibliográfico iniciou-se de consultas às bibliotecas da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, a saber: Biblioteca Central - BC, Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Exatas e da Natureza – BS-CCEN, biblioteca do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos – NCDH, biblioteca do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – NDIHR, e que depois partiram para consultas aos sites das Instituições de Ensino Superior – IES, como o do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPB – PPGA-UFPB, do Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas Brasileiras da USP – NUPAUB-USP, na busca por livros, artigos científicos, monografias, dissertações e teses, que tratassem dos conceitos de território e territorialidade, em seu viés cultural e simbólico, e outros conceitos relacionados, como: “povos e comunidades tradicionais”, “territórios tradicionais” e “tradição”, assim como de “patrimônio cultural imaterial”. A partir destes conceitos-chave, a pesquisa documental foi realizada, dando ênfase na busca da legislação concernente à temática estudada, tanto a nível nacional, quanto internacional, de modo particular as voltadas à proteção do patrimônio cultural, aos povos e comunidades tradicionais e as convenções da UNESCO. Para tanto, foram de fundamental importância as consultas aos sites: do Planalto, do Ministério da Cultura – MinC e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Além da legislação, a pesquisa documental voltou-se para os relatórios elaborados pela UFPB, tanto pelo CRDH, quanto pela equipe do PROEXT, assim como para a documentação decorrente da intervenção do MPF, como o Parecer Técnico Antropológico - PTA, acerca da comunidade.

²⁰Programa de Extensão da Universidade Federal da Paraíba, cujo período de realização está estabelecido entre os anos de 2015 e 2016, com proposta transdisciplinar, visando a requalificação do Porto do Capim e adjacências: Vila Nassau, Frei Vital e Praça 15 de Novembro, abarcando diversas áreas de estudo: Arquitetura e Urbanismo, História, Geografia, Engenharia Ambiental, Serviço Social, Direito, Ciências Sociais, Música, Comunicação Social, Mídias Digitais, etc.

No tocante ao estudo do território e da territorialidade das comunidades do Porto do Capim, foi utilizada a abordagem de Costa (2006, p.40), em que o território é compreendido em sua dimensão simbólico-cultural, como “produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido”, denotando identificação e sentimento de pertencimento (idem, 2006), o que constituem, por sua vez, a territorialidade dos grupos, ou seja, “o laço territorial” (idem, 2006, p. 72) que une os povos ao seu território, com todos os seus valores, que vão além da materialidade (BONNEMAISON e CAMBRÉZY, 1996 *apud*. HAESBAERT, 2006)

No tocante aos conceitos de “povos e comunidades tradicionais” e “territórios tradicionais”, foi de fundamental importância o que fora estabelecido na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - PNPCT, instituída pelo Decreto 6.040/2007. Entendendo “povos e comunidades tradicionais, como:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, 2007)

Os “territórios tradicionais” são, por sua vez, entendidos, como “os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária[...]” (BRASIL, 2007)

Estes dois conceitos, supracitados, possuem, como é perceptível, profundas ligações com o conceito de “tradição”, que é entendida conforme a Resolução 001/2006, do IPHAN, como: “práticas produtivas, rituais e simbólicas que são constantemente reiteradas, transformadas e atualizadas, mantendo, para o grupo, um vínculo do presente com o seu passado” (IPHAN, 2006)

Com relação ao conceito de “patrimônio cultural imaterial”, recorreu-se ao que fora determinado nas convenções da UNESCO, de modo particular, na Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, que pode ser compreendido, como:

[...] as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. [...] que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e

continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. (UNESCO, 2003)

3 A COLETA DE DADOS

Para a coleta de dados, seguiu-se três passos: A formulação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, a seleção do público-alvo e a pesquisa de campo. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Apêndice 1), foi elaborado, em consonância com o que estabelece a Resolução 466/2012²¹, do Conselho Nacional de Saúde - CNS, acerca de pesquisas envolvendo seres humanos, esclarecendo aos entrevistados, o que era a pesquisa e a que ela se propunha, os materiais utilizados na pesquisa e estabelecendo o compromisso de não veicular os nomes dos mesmos, assim como suas identidades, também foram evitados a veiculação de fotos ou quaisquer outros elementos, como: local de residência, local de trabalho, etc.

A seleção do público-alvo da pesquisa, partiu do que havia sido observado na comunidade, ou seja, por práticas culturais que nela estavam presentes, e que funcionavam como elementos norteadores da tradicionalidade²² da mesma, tais como pesca artesanal, cata de marisco/siri, sítios de religiões de matriz africana, além da Procissão Fluvial de Nossa Senhora da Conceição. A partir desses elementos, nosso público-alvo, fora selecionado em virtude das práticas tradicionais presentes na comunidade, assim como posições de liderança, na mesma, não necessitando, portanto, de um grande contingente de pessoas, pois era apenas a prática que deveria ser pesquisada, não o número de vezes que ela é praticada, ou por quem. Assim sendo, optou-se, no estabelecimento dessa amostragem, pelo recurso à amostragem não-probabilística, da modalidade “intencional”, que:

consiste em selecionar um subgrupo da população que, com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo de toda a população. [...] o pesquisador se dirige intencionalmente a grupos de elementos dos quais deseja saber a opinião. São escolhidos casos para a amostra que representem um “bom julgamento” da população/do universo. (PRODANOV e FREITAS, 2013, p. 98)

²¹A Resolução 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde, assim define o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE: “documento no qual é explicitado o consentimento livre e esclarecido do participante e/ou de seu responsável legal, de forma escrita, devendo conter todas as informações necessárias, em linguagem clara e objetiva, de fácil entendimento, para o mais completo esclarecimento sobre a pesquisa a qual se propõe participar;” (CNS, 2012)

²²Elementos norteadores da tradicionalidade, foram assim estabelecidos, tomando por base, as práticas cotidianas da comunidade (pesca, extrativismos, etc.) e, observando-as pela “lente” do Decreto 8.750/2016, que serviu de “crivo”, para a identificação dos grupos tradicionais, a saber: conforme os grupos tradicionais da comunidade e que estavam contemplados no referido decreto, a saber: povos e comunidades de terreiro/povos e comunidades de matriz africana, pescadores artesanais, extrativistas e ribeirinhos, assim como foram contempladas, outras práticas culturais, como a procissão fluvial de Nossa Senhora da Conceição.

A partir, do acima exposto, foram estabelecidas que haveriam cinco entrevistas: uma, referente à presidente da Associação de Mulheres do Porto do Capim, outra entrevista, referente aos catadores de marisco/siri, outra, referente aos pescadores, outra, referente a algum membro de religião de matriz africana e outra, referente à Procissão Fluvial de Nossa Senhora da Conceição. Todas as entrevistas foram feitas com mulheres²³, cuja seleção de gênero, não foi intencional, todas moradoras das comunidades do Porto do Capim.

No tocante às entrevistas, fora adotada a modalidade semiestruturada, caracterizada por possibilitar certa liberdade ao entrevistado, mas permite que o entrevistador guie a entrevista por pontos de interesse (GIL, 2002). As entrevistas semiestruturadas, continham pontos previamente estabelecidos, para nortear a entrevista, com alguns pontos comuns às cinco entrevistas e outros, que contemplavam a particularidade de cada elemento estudado. As entrevistas foram realizadas com gravador de voz e posteriormente transcritas.

Com relação às pesquisas de campo, elas foram realizadas em seis dias: 29/09/2016, 05/10/2016, 11/10/2016, 14/10/2016, 24/10/2016 e 25/10/2016. Nesses campos, foram realizadas as entrevistas, os registros fotográficos e a coleta de coordenadas, por meio do GPS. O GPS utilizado foi o GPSmap, modelo 78S, da marca GARMIN. Também fora utilizada a canoa motorizada de um dos moradores, para a coleta de coordenadas e registros fotográficos da comunidade, nos diversos pontos do estuário, de modo particular, nas croas.

As entrevistas semiestruturadas, permitiram a análise do elemento subjetivo de cada entrevistado e a apropriação simbólica que o mesmo faz para com o seu território, assim como possibilitou mapear sua territorialidade e delimitar seu território, por meio de um Sistema de Informações Geográficas – SIG, ou seja, as entrevistas serviram de subsídio informativo e descritivo, com base na oralidade e na memória do sujeito, para elaborar a cartografia social da comunidade.

A partir disso, confeccionamos um produto cartográfico, onde pudemos não somente representar a territorialidade de cada um, mas delimitar, por meio de cada

²³Apesar da não intencionalidade, acerca da escolha do gênero feminino, para as entrevistas, é perceptível que o papel de protagonismo desempenhado pelas mulheres do Porto do Capim, tem ligação, tanto com suas histórias de serem mulheres de luta, na busca do sustento pessoal e familiar, como também deve-se ao histórico de atuação da Associação de Mulheres do Porto do Capim – AMPC, na luta pela permanência da comunidade do Porto do Capim em seu território, fazendo das mulheres, não apenas da associação, mas da própria comunidade, mais fortes e mais cientes do seu protagonismo na defesa da comunidade.

entrevistado, o território da comunidade ribeirinha do Porto do Capim, no estuário do rio Paraíba do Norte.

CAPÍTULO IV

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir do que fora abordado na fundamentação teórica, investigou-se os usos e práticas culturais, que a Comunidade Tradicional e Ribeirinha do Porto do Capim exerce no estuário do rio Paraíba do Norte. Através da observação, do registro fotográfico e, principalmente, das entrevistas semiestruturadas, buscou-se compreender a ligação simbólica que a referida comunidade possui, com o sobredito estuário, denotando sua diversidade sociocultural, assim como, possibilitando que, através de ferramentas de geoprocessamento, a territorialidade fosse demarcada e o seu território fosse delimitado.

A nível de discussão, busca-se demonstrar que as medidas ou ações com fins de remover a comunidade de seu território, infringem todo um arcabouço jurídico-normativo, internacional e nacional, alicerçado na proteção e valorização dos Direitos Humanos, de modo particular no que tange aos direitos culturais, dando ênfase aos instrumentos que, implícita ou explicitamente, reconhecem que as medidas de proteção, salvaguarda e perpetuidade da cultura, implicam em garantir e proteger os territórios onde a cultura se manifesta, com especial destaque para os territórios tradicionais, trazendo para a realidade do Porto do Capim.

1 RESULTADOS

Os resultados foram construídos, pautando-se, principalmente, na ordem de indagações e questionamentos adotados nas entrevistas, iniciando pelo perfil das entrevistadas, depois, pela sua visão acerca da comunidade na qual habitam, assim como pela sua visão acerca do Estuário, com seus rios e mangues. As entrevistas, juntamente com a pesquisa bibliográfica, também foram fundamentais para abordar outros aspectos importantes da cultura local: a procissão fluvial de Nossa Senhora da Conceição e as entidades do Pai do Mangue e da Comadre Fulosinha, na construção cultural e identitária dos habitantes do Porto do Capim e, por fim, foi abordado acerca do Ponto de Cultura e seu papel na comunidade. Os resultados encerraram-se na construção de um produto cartográfico: a cartografia social da comunidade do Porto do Capim, no estuário do rio Paraíba do Norte, que demonstra seu território e sua territorialidade.

1.1 O PÚBLICO ENTREVISTADO

A partir da opção feita pela amostragem não-probabilística, na modalidade intencional, o público-alvo foi escolhido, devido à sua capacidade de responder acerca das diversas práticas tradicionais presentes na comunidade: pesca, cata do marisco, cata do siri/caranguejo e as manifestações religiosas de matriz africana, além da procissão fluvial de Nossa Senhora da Conceição, que é única na cidade de João Pessoa.

Nessa perspectiva, foram escolhidas cinco pessoas, que nos pudessem responder acerca de todas essas práticas culturais supracitadas, levando em conta, que algumas das entrevistadas exercem duas ou mais práticas, não requerendo, portanto, que fosse escolhida uma única pessoa, para cada prática ou manifestação cultural, mas possibilitou que, por outro lado, várias entrevistadas pudessem falar de várias práticas.

As entrevistas, inicialmente discorreram por questões pessoais, compiladas no quadro abaixo (quadro 01), tendo como pontos-chave: o número de anos que as entrevistadas estavam na comunidade, assim como o número de gerações de suas famílias. Estes questionamentos são importantes, pois, quanto maior o tempo de permanência em um lugar, mais tempo ter-se-á, em geral, para desenvolver vínculos com o mesmo; as relações familiares também contribuem enormemente para a construção desse vínculo, pois fortalecem o sentimento de pertencimento, assim como o desenvolver da identidade social (GONÇALVES, L., 2014)

	Entrevistada I	Entrevistada II	Entrevistada III	Entrevistada IV	Entrevistada V
Qual a sua idade?	25 anos	44 anos	67 anos	59 anos	80 anos
Onde nasceu?	João Pessoa - PB (Porto do Capim)	Cabedelo - PB	Pitimbu - PB	Arara - PB	Bayeux - PB
Há quantos anos está na comunidade?	25 anos	32 anos	55 anos	44 anos	68 anos
Possui familiares na comunidade?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
A família está na comunidade há quantas gerações?	Cinco gerações ²⁴	Quatro gerações	Três gerações	Duas gerações	Quatro gerações
Você Trabalha?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Em quê?	Artesã ²⁵ , cabeleireira, costureira	Comerciante ²⁶	Aposentada, dona de casa, marisqueira	Agricultora, pescadora, catadora de caranguejo	Aposentada, dona de casa

Quadro 1 –Perfil das Entrevistadas

Fonte: Dados da pesquisa

Esse sentimento de pertencimento, é perfeitamente verificável na fala das entrevistadas, que, ao serem indagadas sobre o que é viver no Porto do Capim ou o que as faz permanecer ali, utilizam expressões que evocam as raízes, o passado, de modo particular, a infância ou a juventude, vividas na comunidade, enquadrando-se no dizer de Tuan (2012, p.144) “a consciência do passado é um elemento importante de amor pelo lugar”. São ainda evocadas, as relações cotidianas com os vizinhos, enxergando-os como que “família”:

Sossego, moradia, tem essa relação boa, vou usar a frase que meu avô sempre fala: **‘as raízes da gente é ali, aqui, nesse espaço’**. **É a história da gente enraizada aqui nesse território, onde a gente se criou, até ele mesmo; ele veio para aqui com oito anos de idade**, acompanhado do tio, para pescar, então, não tem como ser diferente, **é enraização, a história da nossa família aqui**. (Entrevistada I, grifo nosso)

É porque minha família é todinha daqui, né, **eu cheguei aqui menina**, né... (Entrevistada II, grifo nosso)

²⁴ Gerações, deve ser aqui entendido no sentido genealógico (Bisavós, avós, pais, filhos, netos, etc.)

²⁵ Artesã e costureira de figurinos

²⁶ Dona de uma barraquinha de lanches

Pra mim é tudo, debaixo de Deus. Eu gosto de morar aqui! [...] é maravilhoso, assim, os vizinho, a gente se dá todo mundo... **todo mundo convive aqui como uns irmão**, todo mundo se conhece, é uma comunidade assim que só, se tem algum atrito, assim, de algum vizinho, alguma coisa, no outro dia, já tão tudo mundo junto... já tá tudo muito acostumado... **família! E quem já chegou a ser, que morava longe, que chegou, a gente já considera como família**, assim, mas é muito maravilhoso (Entrevistada III, grifo nosso)

[...] Pra começar, **desde os meus dez anos que eu sou habituada** na água, porque lá onde a gente morava, tinha um rio. [...] **eu nasci em agricultura e sou filha de pescador**, também, aí a gente se acostuma nessa vida de maré, sabe?! (Entrevistada IV, grifo nosso)

Pra mim, foi a minha vida, tá entendendo? Minha vida. (Entrevistada V)

Outro aspecto importante na construção da identidade dos habitantes do Porto do Capim, refere-se à sua visão da relação da comunidade, com o estuário, o rio e o manguezal. É nessa relação comunidade-estuário (Figura 11), que reside os elementos-chave das práticas tradicionais presentes na comunidade. As entrevistas são bastante esclarecedoras neste aspecto:

[os tios] ajudavam meu avô na pesca, minha vó, porque eles moravam na Ilha do Eixo. Na ilha que é um pouco lá pra dentro. [...] aí, eles vinham diariamente vender o peixe ou os frutos que colhiam, que pescavam lá no rio, para vender aqui, lá próximo da igreja. [...] então, antigamente, todos trabalhavam com pesca, desenvolviam o trabalho da pesca. (Entrevistada I)



Figura 11 – Interface comunidade-rio Sanhauá – 2016, sendo a) Trapiche do Porto da Capim e b) Quintais das casas dos moradores, que mantém vias de acesso ao rio.

Fonte: Iran Cabral

A relação comunidade-estuário, tem seu símbolo máximo, no que é apresentado na figura acima: a interface comunidade-rio, que é materializada no trapiche e nos quintais das casas que mantêm portas que ligam diretamente as residências ao rio.

A entrevistada III, por sua vez, ao ser questionada acerca de como fora iniciada na vida de extrair frutos do rio, assim respondeu:

[...] eu ia sempre pra maré com a minha mãe. Eu sempre, eu ia, minha mãe pegava amoré²⁷, às vezes eu ia mais minha mãe pegar amoré. De noite a

²⁷ Amoré – *Bathygobius soporator* - espécie de peixe de coloração escura.

gente ia pras tomadas²⁸, mais mãe. [No caso da cata do marisco] foi intuição minha, também eu precisava, morava perto... (Entrevistada III)

Apesar de, atualmente não necessitar mais de catar marisco e pescar, é relevante o que é apontado pela entrevistada III, ao ser questionada acerca do significado para ela da cata do marisco (Figura 12), e da pesca (Figura 13), assim como da importância dessas práticas para a comunidade do Porto do Capim:

Assim, eu me sinto bem, né, me sinto, sei lá, sai o mal pensamento... Acho assim, o prazer que a gente tem, né, de pescar. [...] porque tem vez que não existe coisa melhor do que a gente pegar, né, ele bem fresquinho, eu mesmo, quando uma pessoa diz assim, tem vez, assim, que vem um conhecido, e ‘Ah! (...), eu queria tanto um marisco’, e tem vez que eu faço tudo, aí eu vou catar, não gosto de comprar no mercado, porque do mercado é velho (Entrevistada III)

Essa relevância deve-se ao fato de que, mesmo sem a necessidade, a prática de cata, que fora ensinada-aprendida-praticada, tornou-se parte constituinte da entrevistada, possibilitando que ela lance mão desse saber, sempre que houver necessidade.

²⁸Tomadas ou redes de tomada, são caracterizadas, como um tipo de “rede de pescaria”, cuja particularidade é que são utilizadas à noite.



Figura 12 – Processo de Cata do Marisco - 2016. a) Cata do marisco na croa de lama, b) Marisco catado, a ser colocado em caixotes, antes da primeira lavagem, c) Marisco após a primeira lavagem e d) Marisco posto em canoas, para ser levado para as casas dos catadores e depois consumido ou comercializado.

Fonte: Figuras a, b e c – Iran Cabral. Figura d – Geovana Brunes



Figura 13 – Pesca no Porto do Capim - 2016. a) Confeção de rede para a pesca. b) Pesca utilizando a rede do tipo malhadeira²⁹.

Fonte: Patrícia Assad

A quarta entrevistada, por sua vez, que se identifica enquanto pescadora, catadora de caranguejo e, principalmente, agricultora, tendo a particularidade, de que a maior parte de seu dia-a-dia, é do outro lado do rio, já no município de Bayeux, embora ela denomine essa área de “ilha Sanhauá³⁰”. Assim discorre ela, acerca de seu cotidiano:

Eu amanheço o dia, tem dia que eu tomo café aqui, pra poder ir, tem dia que eu nem tomo, eu levo já nas caneca pra tomar lá, levo nas panela, tem dia que eu cuido do almoço e levo pra lá e tem dia que eu cuido lá mesmo, no fogo

²⁹Malhadeira ou rede malhadeira – “Consiste em uma rede, posicionada verticalmente na coluna d’água, sendo fixada ao fundo através de amarrações em estacas de madeira.” (CORTEZ, 2010, p. 44)

³⁰ Ilha Sanhauá, é como a Entrevistada IV denominou a área de terras, do outro lado do rio Sanhauá, onde ela desenvolve práticas agrícolas. Convém esclarecer que não se trata de uma ilha, mas de área continental, mais precisamente, no município de Bayeux – PB.

de lenha... boto assim, umas peda no chão, que eu num fiz fogão lá, que vou me mudar da casa de barro, pra casa de tijolo, né, que eu tou esperando meu filho terminar, mas ainda falta fazer o piso, botar as porta, reboco [...]. [...] Lá eu trabalho na agricultura. quando eu num tou trabalhando no roçado, eu pego umas ratoeirinha³¹ e saio por dentro do roçado catando aqueles guaiamum, porque se eu num tirar, eles vão pra minha lavoura todinha, pior que formiga (Entrevistada IV)

No tocante à cata dos moluscos, ela revela que:

[...] a gente leva um ferro, a gente num pode fazer tudo de mão, porque tá sujeito a se cortar, sabe, a gente num tem luva, trabalha sem luva, aí a gente leva tipo um pente, ou feito de prego ou mesmo um ciscador desses de rua, que a gente cisca o quintal. Chega lá, passa na areia, passa, passa, vai arrancando aquelas bolinhas, arrancando as bolinhas e botando dento de uma penera pa lavar, aí lava batendo a caixa, quando chegar é só botar pra estorar eles. (Entrevistada IV)

Concluindo que o melhor lugar para catar marisco é “na croa” e para catar sururu³², é no “beiral do mangue ou dento do mangue”, frisando como uma das melhores áreas, as “camboas³³” e qualificando o rio e o mangue, como “uma casa de família”, pois possibilita a sobrevivência de quem não tem condições.

A quinta entrevistada, por fim, a partir de sua visão de adepta da umbanda, religião de matriz africana ou “de terreiro”, reconhecida como de prática tradicional³⁴, acerca da importância do estuário, do rio e do mangue, assim revela:

Aonde pertence as águas corridas tem muita importância, é o mar, o rio, é a maré. O mangue tem muita ciência, as folhas de mangue servem pra remédio. Faz chá, faz tudo. Às vezes dá banho com elas. [...] olhe, cada mato desse, cada pé de planta, tem sua ciência (Entrevistada V)

1.2 A DIVERSIDADE CULTURAL DO PORTO DO CAPIM: ENTRE O MATERIAL E O SIMBÓLICO

Ao se estudar a cultura de um povo ou grupo, é imprescindível que não apenas as práticas e manifestações materiais da cultura, sejam analisadas, mas todo o viés simbólico que as permeia, todo o imaterial, visto que o simbólico perpassa toda a vida social. (LAPLANTINE e TRINDADE, 1997)

As relações entre materialidade e imaterialidade, são interdependentes, pois, como aborda a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, “as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas” (UNESCO, 2003, Art. 2. inc. I) estão relacionadas “com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais

³¹ Ratoeira ou ratoeirinha – Armadilha utilizada na captura do guaiamum

³² Sururu – molusco bivalve

³³ Camboa – Pode ser definida como: “braços do rio principal que adentram no manguezal” (CORTEZ, 2010, p. 25) ou “como canais naturais (“rego”), formados, geralmente, nas grandes marés ou com as enchentes pluviais” (idem, 2010, p. 52)

³⁴ Decreto 8.750/2016, § 2º, inc. III.

que lhes são associados” (Idem; ibidem) Isso se dá, pelo fato de que o imaterial (símbolos, ideologias, etc.) comunica ao homem os valores inerentes ao material, variando de acordo com os contextos nos quais está inserido, ou seja, os contextos socioculturais determinarão quais serão os valores simbólicos que estarão associados a determinado objeto ou lugar (ROSENDAHL, 2007 apud CAETANO e BEZZI, 2011, pp. 462-463), confirmando o dizer de Laplantine e Trindade (1997, p.22) de que o símbolo possui “[...] caráter mobilizador e promotor das experiências cotidianas [...]”.

Entendendo a cultura, conforme a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, enquanto:

o conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de viver juntos, os sistemas de valores, as tradições e as crenças. (UNESCO, 2002)

Assim como, levando em consideração que é a cultura, que oferece ao ser humano, “a totalidade de sentido e que confere autêntica finalidade à existência. ” (SILVA, Anelino, 2008, p. 89), é perceptível que os modos de ser-saber-viver, característicos dos povos e comunidades tradicionais, só existem e se perpetuam, devido ao caráter que a cultura tem de despertar e promover, nos indivíduos, a identidade e o seu sentimento de pertencimento a um grupo social, sem o que, não poderiam existir. Nesse sentido, para que algo seja tradicional, é necessária a existência do elo, que garanta que os indivíduos do presente, estejam vinculados com o passado (IPHAN, 2006), e que isso permaneça, para o futuro.

Assim posto, despertar nas crianças a identificação e o sentimento de pertença a um grupo, constitui elemento imprescindível para a existência dos povos e comunidades tradicionais, visto que, sem elas, não há possibilidade para que a transmissão da tradição e da cultura, prossiga, de geração em geração. As crianças são fundamentais, também devido ao fato de que “[...] assimilam conhecimentos, atitudes e valores observando o que se faz à sua volta e imitando-os” (CLAVAL, 1999, p. 14), contribuindo não apenas na reprodução, mas na difusão das práticas e crenças assimiladas.

Isso é notório, quando se percebe que todas as comemorações e festividades (Figura 14), assim como as crenças (Figura 15), do Porto do Capim, são permeadas pelas crianças, que, no cotidiano, constroem sua identidade, na certeza de pertencimento ao Porto do Capim, pois, no dizer de Rosa (2007, p. 2). “ [...] não há como vivenciar uma identidade cultural específica, se esta não for incorporada à identidade pessoal de cada agente social. ”, assim, pode-se entender que quanto mais as crianças vivenciam a cultura do Porto do Capim, mais do Porto do Capim elas sentir-se-ão parte.



Figura 14 – Festas do Porto do Capim. a) Crianças do Porto do Capim, no bloco carnavalesco Estoura Percata – 2016 e b) Apresentação do Xote das Meninas, no Arraiá do Porto - 2015.

Fonte: Porto do Capim em Ação. a) disponível em: <<https://www.facebook.com/PortoDoCapim/photos/a.1116679958382903.1073741834.460622680655304/1116679768382922/?type=3&theater>>. Acesso em: 14/11/2016 e b) disponível em: <<https://www.facebook.com/PortoDoCapim/photos/a.509526939098211.135982.460622680655304/965597683491132/?type=3&theater>>. Acesso em: 14/11/2016.

O Raízes do Porto, outra festividade do Porto do Capim, “[...] fala sobre a cidade da comunidade, no mês de aniversário da cidade de João Pessoa, e a gente aborda temáticas, nessa festa, onde é a própria comunidade falando a história da própria comunidade, do surgimento da cidade” (Entrevistada I) e, a quarta e última festividade

do Porto do Capim, é a tradicional procissão de Nossa Senhora da Conceição (figura 15), que possui cerca de 30 anos de existência:

“Essa procissão começou com (Entrevistada III), ela fez uma promessa, aí alcançou essa promessa, aí começou só com um barco, dois barcos. Hoje em dia, se estendeu, é enorme a procissão, é muito bonita a procissão de Nossa Senhora da Conceição... você veio, você viu, né, muito bonita! A gente tem o café da manhã, que sai de lá da igreja, muito bonita, mas ela que começou, [...] eu acho que faz uns vinte e poucos anos ou uns trinta anos. ” (Entrevistada II)

A entrevistada III, por sua vez, ao ser indagada acerca das origens da procissão, respondeu que:

Porque eu era católica, né, aí a igreja vivia lá, desprezada, sem ninguém visitar, nem nada, aí eu procurei fazer uma visita, fui me aproximando... a primeira procissão fui eu que fiz. [...] naquele tempo, eu era muito assim, devota de Nossa Senhora da Conceição, entendeu, eu acreditava, muito assim, nos santos, agora sou evangélica [denotando que não frequenta mais]”. (Entrevistada III)

E, ao ser perguntada se a procissão chega a 30 anos, responde que “sim, mais ou menos isso” (Entrevistada III)

No tocante ao envolvimento das crianças da comunidade, na procissão, a Entrevistada II, é bem enfática:

Ah, elas gosta, elas querem ser anjo, afe Maria, Deus me livre, eu só levo dois anjinhos ou três, aí elas participam, elas amarram as fitinha, [...] eles ajuda, eles me ajuda, eles limpa a comunidade, tem muita juvenzinha, adolescente, ajuda na capela pra missa, eles limpa, eles lava, eles ajudam, as criança ajudam mais que os adulto, acredita? [...] Eles vem, a gente chama, eles vão, tem muitos que pede pra ajudar [...] já são criados no meio fazendo as coisa. (Entrevistada II)

Esta, pode ser considerada uma das maiores representações da cultura do Porto do Capim, pois, além de mobilizar parcela considerável da comunidade, manifesta-se e é incorporada por elementos característicos da cultura ribeirinha local (canoas, rio, ilha), assim como, carrega em si, elevada carga simbólica: o rito da procissão, que simboliza, na concepção católica, a linearidade da vida rumo à eternidade: da existência humana, para a divina (LAPLANTINE e TRINDADE, 1997).

A procissão de Nossa Senhora da Conceição, tão característica do Porto do Capim, tem pequena parte de seu percurso, a pé, no bairro do Varadouro, cujo ponto de saída é o Largo de São Frei Pedro Gonçalves, percorrendo as ruas do Porto do Capim,

até chegar ao trapiche, onde os devotos embarcam em canoas e catamarãs³⁵, rumo à “Ilha” da Santa³⁶, onde se celebra uma missa campal.

Nossa Senhora da Conceição, santa louvada na procissão homônima, e as entidades (Pai do Mangue e Comadre Fulosinha), são elementos presentes no arcabouço cultural do Porto do Capim, recebendo leituras distintas de acordo com o ponto de vista de cada grupo verificado. Nossa Senhora da Conceição recebe, então, uma dupla abordagem: uma católica e outra nas religiões de matriz africana, sendo mais nítida a abordagem católica, tanto por Nossa Senhora da Conceição ser uma santa reconhecidamente católica, como pelo fato da presença católica no Porto do Capim ser muito forte, sendo isso um fator determinante na maneira que essa procissão será conduzida: saindo da igreja de São Frei Pedro Gonçalves, condução feita por um sacerdote católico, crianças vestidas de anjinhos acompanhando a imagem, cânticos católicos e o encerramento dá-se com uma Missa.

Na concepção das religiões de matriz africana, por sua vez, Nossa Senhora da Conceição é ressignificada, sendo identificada com Iemanjá, a mãe de todos os orixás: “Nossa Senhora da Conceição é Iemanjá, sendo que Iemanjá é do mar [...] Na “seita” da gente é Iemanjá, que pertence ao mar, na igreja é Nossa Senhora da Conceição” (Entrevistada V)

³⁵Catamarã – Tipo de embarcação de médio porte, formada por dois cascos, com uma estrutura no meio, em forma de plataforma, podendo conter uma cabine, e na qual pode-se transportar quantidade razoável de pessoas.

³⁶ Tal qual a “ilha” Sanhauá, a “ilha” da Santa também é apenas um topônimo que a comunidade colocou aonde fica a capela de Nossa Senhora da Conceição, em outro ponto do estuário, próxima ao rio e ao mangue, mas fica na parte continental e não em uma ilha.



Figura 15–Procissão fluvial de Nossa Senhora da Conceição - 2015. a) Saída da procissão, do Largo de São Frei Pedro Gonçalves, b) Procissão seguindo pelo trapiche do Porto do Capim, para embarcar rumo à Ilha da Santa, c) Imagem de Nossa Senhora no barco, rumo à Ilha da Santa, d) embarcações e canoas chegam à Ilha da Santa, ee) Missa campal de Nossa Senhora da Conceição, na Ilha da Santa

Fonte: Iran Cabral

As entidades do Pai do Mangue e da Comadre Fulosinha, também recebem uma dupla leitura, dependendo do universo que os dois seres serão abordados. Na concepção umbandista, o Pai do Mangue e a Comadre Fulosinha são seres identificados com entidades que já existem no universo dos cultos afro-brasileiros, sendo o Pai do Mangue identificado com um Exú³⁷, mais precisamente um Exú do Lodo ou da Lama, e a Comadre Fulosinha identificada com um Erê³⁸, um espírito de criança. É o que nos revela a entrevistada V, única Ialorixá³⁹ da comunidade, e dona, por sua vez, do único terreiro da comunidade, o Templo de Umbanda Iemanjá Sabá:

A Comadre Fulosinha é um espírito, é uma criança. Agora, todos os pescadores, quando pescam, a agradecem, botam mel, botam fumo num pé de pau [...] ela é um Erê

Hoje em dia, o povo não fala muito, não, mas antigamente falavam muito.

O Pai do Mangue é um Exú. Agora, no mangue, ele aparece de muitos jeitos, né. Aquele que tem um olho só no meio da testa, é o Pai do Mangue (Entrevistada V)

Por outro lado, na concepção das pessoas não crescidas na cultura afro-brasileira, não há a identificação da Comadre Fulosinha e do Pai do Mangue, com um Erê e um Exú do Lodo, respectivamente, mas mantém a narrativa de serem espíritos, sendo que a Comadre Fulosinha habitaria as matas e o Pai do Mangue, os rios e mangues, e cuja missão seria a de protetores da natureza, infligindo castigos a quem lhe faz mal (ASSAD, 2014).

Essas entidades, com o seu papel “educador” acerca dos cuidados que se devem ter com as matas, rios e mangues, tiveram seu caráter “vingativo” para com aqueles que prejudicam a natureza, “aplicados” pelos pais, no processo de educação dos filhos, principalmente, os mais antigos:

“Antigamente, isso era bem forte, né, a gente tinha ‘oh! Não vai pra rua a partir de tal hora, porque Cumade Flozinha...’, **as mães botavam esse medo pra que as crianças ficassem dentro de casa.** [...] tem alguns pescadores, é, e pessoas, mesmo que não tem o hábito de pescar, mas tem **essa relação com o rio, com o território, que sim, que tem história pra contar do Pai do Mangue e Cumade Fulosinha, que levaram surras, ou que já viram uma bola de fogo, enfim, que o mangue se fechando, ficaram perdidas no mangue.**” (Entrevistada I, grifo nosso)

³⁷Exú – Entidade da Umbanda e do Candomblé, que tem por missão auxiliar nas consultas de adivinhação.

³⁸Erê – Entidade “criança”; espírito de criança.

³⁹Ialorixá – Na Umbanda e no Candomblé, as Ialorixás são as Zeladoras de Santo (Mães de Santo, numa linguagem popular). Os homens são, por sua vez, os Babalorixás ou Zeladores de Santo (Pais de Santo, numa linguagem popular).

Essa inserção das entidades que habitariam as matas, rios e mangues, na educação das crianças, adentra o seu imaginário, fazendo com que as mesmas acabem por vivenciar experiências cotidianas (LAPLANTINE e TRINDADE, 1997), é o que nos revela Assad (2014, p. 40), no tocante ao que as crianças do Porto do Capim, expressam acerca da Comadre Fulosinha:

A Comadre Fulozinha é uma menina/mulher que anda nua, com os cabelos bem longos feitos de urtiga caindo pela frente do corpo. Ela anda agachada, com os braços entrançados por detrás das pernas. Tem um assovio bem fino que quando se escuta por perto, é porque ela está longe e vice-versa. Odeia ser chamada de caipora e gosta de ser agradada com papa e fumo. A Comadre faz muito hábil e rapidamente tranças nos cabelos dos cavalos, de maneira que esses não sentem, deixando no local uma marca vermelha. Essa trança só quem consegue tirar é o dono do cavalo ou então tem de cortá-la. Se alguém matar um bicho que ela protege, a Comadre castiga dando chicotadas com seus cabelos. (ASSAD, 2014, p. 40)

Acerca do Pai do Manguê, as crianças do Porto do Capim, assim discorrem:

O Pai do manguê era um **pescador**, que ficava à noite dentro da maré pensando e fumando. Uma noite, quando perseguia uma bola de fogo que apareceu dentro do manguê, ele se afogou. Desde de então, dizem que a alma dele vaga pelos mangues, protegendo a natureza e dando uma lição para aqueles que ousam machucá-la. Hoje o Pai do Manguê é o dono e protetor do manguê. É um homem que usa uma roupa de couro, gosta de fumo e fica no alto das mangueiras. Ele não gosta que ninguém maltrate a natureza, nem os animais nem o manguê. Ele não anda, às vezes voa, e quando vê alguém de noite vira uma bola de fogo que vai girando pela água. (ASSAD, 2014, p. 42, grifo nosso)

A autora observa que, nos relatos das crianças por ela estudadas, há profunda semelhança com as narrativas populares acerca dessas duas entidades, o que demonstra que esses dois entes, pertencentes ao folclore brasileiro, também adentraram o cotidiano do Porto do Capim. Por outro lado, o Pai do Manguê, fora caracterizado pelas crianças com pormenores, em relação à Comadre Fulosinha, pois ele é identificado com um “pescador”. Isso é perfeitamente plausível, pois o Pai do Manguê tem particularidades que o colocam em posição de semelhança com a realidade das crianças do Porto do Capim, possibilitando às mesmas, que elas materializem o que é apreendido no cotidiano (rio, mangues, pesca), em uma entidade mítica e colocando-o em uma relação de vizinhança e proximidade, denotando que “o imaginário faz parte da representação como tradução mental de uma realidade exterior percebida [...]” (LAPLANTINE e TRINDADE, 1997, p. 25), ou seja, o que as crianças do Porto do Capim apreendem em seu cotidiano, acerca da pesca, do extrativismo, da maré, das florestas de manguê, entre outras coisas, adentra o seu imaginário, de modo particular o “campo da

representação” (LAPLANTINE e TRINDADE, 1997, p. 25), o qual é repleto de “afetividade e de emoções criadoras e poéticas” (idem, ibidem), possibilitando que o que fora traduzido no campo da representação, seja transportado e conduzido para a materialização de “novas relações inexistentes no real” (idem, ibidem). Assim, é compreensível essa relação tão próxima e cotidiana, com os entes míticos do Pai do Mangue e da Comadre Fulosinha, relação de proximidade essa, que, juntamente com a vivência familiar, comunitária e territorial, acaba por moldar seu universo de crenças, contribuindo para a solidificação de sua identidade social e territorial com o Porto do Capim e o estuário do rio Paraíba do Norte (ASSAD, 2014).

1.2.1 O ‘ponto de cultura’ do Porto do Capim

A Lei 13.018, de 22 de julho de 2014, que instituiu a Política Nacional de Cultura Viva – PNCV, que tem o “objetivo de ampliar o acesso da população brasileira às condições de exercício dos direitos culturais” (BRASIL, 2014), tendo como um de seus principais instrumentos, os pontos de cultura, os quais configuram “entidades jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, grupos ou coletivos sem constituição jurídica, de natureza ou finalidade cultural, que desenvolvam e articulem atividades culturais em suas comunidades” (BRASIL, 2014)

No Porto do Capim, o denominado “ponto de cultura”, que enquadrar-se-ia mais como que um coletivo cultural, é muito recente, tem cerca de dois anos de existência, conforme relata a Entrevistada I, mais desempenha grande importância nas atividades culturais da comunidade (Figura 16):

“hoje, o ponto de cultura é nossos pés e nossas mãos, pra gente fazer qualquer coisa, a gente vem para o ponto de cultura, porque sem um espaço, a gente não consegue desenvolver nada, a gente é muito carente de espaço, a gente não tem nenhum outro espaço, onde possa reunir, realizar o ensaio do Xote, o reforço, uma reunião do grupo de jovens, tudo se concentra aqui, então a gente tá até um pouco de coração apertado, porque a gente não sabe se no próximo mês, a gente vai tá aqui⁴⁰, então, agente... os dois últimos meses... eu consegui garantir os seis últimos meses, do Comunica Diversidade⁴¹, mas os dois últimos meses, a gente tá conseguindo manter assim, com venda de trufas, faz um bingo, ou o Arraiá, que teve...

“O Ponto de Cultura é, na verdade, é o espaço físico que a cultura da comunidade tem, mas a cultura vai além desse espaço aqui, é, na verdade, a cultura já existia e a gente precisava do espaço pra desenvolver melhor, tanto

⁴⁰ A entrevistada se refere ao fato de não ter certeza se terá o valor para o aluguel do espaço, para os meses seguintes.

⁴¹ Comunica Diversidade – Projeto do Ministério da Cultura que premia jovens lideranças que trabalham com comunicação.

é que a produção do próprio Xote das Meninas, o figurino, quem faz é a gente. Então, com o espaço do ponto de cultura, a gente conseguiu fazer essa produção aqui. Então, a cultura já existe, a cultura vai além desse espaço; obviamente, se não tiver o espaço, vai ser bem carente, o desenvolver essa cultura, vai ser bem precário, mas, a cultura vai além disso, além do espaço físico, é, são as pessoas, é o que as pessoas fazem. ” (Entrevistada I)



Figura 16 – ‘Ponto de Cultura’ do Porto do Capim. Onde a) fachada do Ponto de Cultura, b) Materiais educativos e c) Figurino do Xote das Meninas

Fonte: Iran Cabral

Totalmente precarizado, o ‘ponto de cultura’ do Porto do Capim, apesar de necessário à comunidade, ainda não cumpriu a formalidade exigida pela PNCV, que exige que os pontos de cultura sejam cadastrados no Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura e recebam, por conseguinte, um certificado do Ministério da Cultura, fazendo o “Ponto de Cultura” do Porto do Capim, sê-lo só de nome. Entretanto, convém colocar que com relação ao reconhecimento do ponto de cultura da comunidade, existe um abandono do poder público, com relação a isso. É o que externa

a Entrevistada I, ao ser indagada acerca de algum auxílio e/ou reconhecimento por parte do governo:

“Nenhum. Assim, na verdade, esse primeiro ano saiu, de financiamento, saiu, mas **não se teve acompanhamento**, foi uma coisa bem bagunçada, sabe, e justamente por isso, não deu certo. É um projeto que tem um potencial imenso, mas assim, acompanhamento, **não teve ninguém aqui, visitando o Ponto de Cultura da comunidade do Porto do Capim**. A parte do governo, né, não. Era mais a gente, a gente entender a importância desse espaço, tanto é que a gente mantém, hoje. Então, a gente prefere que a gente dê essa importância, os moradores deem essa importância, pra que o espaço seja mantido
 “É, a nível de governo, só faltou mais essa questão de acompanhamento. De adentrar na realidade da comunidade” (Entrevistada I)

Essa omissão por parte do poder público, levando em conta a situação delicada pela qual passa a comunidade, é culpável e atenta contra o Art. 3º da PNCV:

“Art. 3 A Política Nacional de Cultura Viva tem como beneficiária a sociedade e **prioritariamente os povos, grupos, comunidades e populações em situação de vulnerabilidade social** e com reduzido acesso aos meios de produção, registro, fruição e difusão cultural, **que requeiram maior reconhecimento de seus direitos humanos, sociais e culturais ou no caso em que estiver caracterizada ameaça a sua identidade cultural**.

Isso é perfeitamente verificável na comunidade do Porto do Capim, que, além da vulnerabilidade social, própria das áreas periféricas, com quase total ausência dos serviços básicos, ainda se mantêm apreensiva acerca do medo da remoção, o que cortará seus laços culturais e territoriais com o Porto do Capim e o estuário, onde ela se territorializa.

No tocante ao Porto do Capim, o Ponto de Cultura desempenha muito mais do que um papel de difusor da cultura da comunidade, exerce também um papel de contribuidor para a formação da consciência nos moradores do Porto do Capim, consciência de que são sujeitos de direitos e que devem lutar pela permanência da comunidade e de sua cultura ribeirinha, um verdadeiro empoderamento, traduzido numa cultura “desenvolvida com autonomia e protagonismo social” (TURINO, 2010, p. 64):

Hoje, a gente tenta, na verdade, reativar, porque assim, a gente tem vários movimentos culturais, só que com o passar do tempo, foram sendo, é, até desativados, mesmo, não digo que se acabou, mas tá ali, na geladeira, né, só precisando de um ‘esquente’, pra sair. Então, a gente trabalha de forma que essas culturas ‘voltem a funcionar’, sejam reativadas, obviamente com toda precariedade que se tem, né, porque a gente não tem recurso nenhum, a gente vai fomentando de uma forma e outra, seja com o Arraiá, o grupo de jovens, ou é a Associação de Mulheres que realiza, aí isso já vai acendendo uma chama de uma tradicionalidade das festas que eles faziam antigamente [...] O bloco carnavalesco, a procissão, [...] nosso calendário cultural (Entrevistada I)

No tocante ao empoderamento, principalmente num contexto de ameaça de remoção, pelo qual a comunidade passa, a cultura da comunidade, aqui concebida e exercida enquanto um processo (TURINO, 2010), um processo de luta e reivindicação de direitos, o ‘Ponto de Cultura’ do Porto do Capim, cumpre sua função de “encorajar uma ação que desenvolva e fortaleça competências do sujeito (coletivo e individual) [...] e a sua capacidade de agir enquanto agentes históricos. [...] construindo uma identidade coletiva na diversidade [...].” (TURINO, 2010, pp. 65-66) A identidade coletiva se expressa, quando a reivindicação de direitos e a luta pela permanência, é a voz comum da comunidade:

O discurso é sempre esse, até mesmo das crianças, seja no reforço, seja no Xote das Meninas, seja na Associação de Mulheres, tudo que a gente faz, gira em torno do ‘eu quero ficar’, ‘eu quero permanecer’, ‘não queremos remoção’, então, esse espaço aqui [Ponto de Cultura] simboliza isso, a resistência, mesmo, simboliza a resistência, porque, qualquer coisa que a gente faça, se é uma apresentação, inclusive o próprio espetáculo do Xote das Meninas, esse ano, veio com: ‘As Marias Bonitas em Defesa do seu Chão’. A gente procurou tematizar cada ano, porque todo ano a gente vem com um tema e um figurino novo. Então, a gente teve essa sacada pra dar mais força ainda, na resistência, na luta da comunidade. As manifestações culturais, as atividades culturais, que são realizadas aqui, têm isso, bater bem forte em cima dessa tecla, então, toda abertura do Xote das Meninas é ‘As Marias Bonitas Xaxando’⁴² em Defesa do seu Chão’ [...]. (Entrevistada I)

1.2.2 A cartografia social do Porto do Capim: território e territorialidade de uma comunidade ribeirinha

Ao adentrar as comunidades que ficam à margem do rio Sanhauá, no Varadouro, genericamente denominadas Porto do Capim, percebe-se uma área com feições de “aglomerado subnormal” (IPHAN, 2012), convivendo com prédios históricos, muitos dos quais, datados do início do século XX, quase todos em estado de abandono. O Porto do Capim, é uma entre tantas comunidades esquecidas pelo poder público, apresentando muitas carências de serviços fundamentais, principalmente no tocante à saúde. Por outro lado, quando se mergulha na realidade local, é perceptível, mesmo com tantos reveses, como a cultura ribeirinha permeou aqueles espaços, ressignificando-os e enriquecendo-os.

É nítida a diversidade de manifestações culturais, ali enraizadas, que adentram o estuário, seus rios e mangues, e são por eles adentradas. Nesse interpenetrar-se, o rio Paraíba do Norte é, como que fornecedor e depositário, da cultura e da tradição do Porto do Capim, é o *locus* onde a tradição se manifesta e a cultura converge (DIEGUES, 2000)

⁴² Em referência ao Xaxado, típica dança nordestina, na época das festas juninas.

Nesse contexto de grande diversidade cultural, de variadas manifestações culturais de ordem material e simbólica (LEOPOLDO e MORAIS, 2009), é perfeitamente cabível que a Cartografia deite seu olhar sobre a espacialização desses usos e manifestações, tendo em vista que as diversas formas de territorialidade, enquanto o elo dos homens com o seu território (COSTA, 2015) sejam cartografadas e o território, que configura o produto desse elo, desse sentimento de pertença (COSTA, 2006), por elas formado, seja delimitado. Entretanto, convém ressaltar, que não é qualquer cartografia que o fará, mas uma nova cartografia, emancipada de sempre estar a serviço do poder (OLIVEIRA et. al., 2010), poder este que sempre colocou os Povos e Comunidades Tradicionais, como invisíveis, inexistentes ou inexpressivos (FREIRE e FERNANDES, 2010), para dispor deles, assim como das classes menos favorecidas, em geral, sempre que lhe convir. Assim posto, é conveniente e, mais que isso, necessário, que haja uma desconstrução, e posterior reconstrução da cartografia, uma cartografia que, ao ser apropriada pelos postos à margem, seja instrumento de empoderamento e representatividade, ou símbolo de sua “existência” territorial; assim, tem-se como produto: a Cartografia Social.

Embora a Cartografia Social tenha como função *master* que as geotecnologias e os Sistemas de Informações Geográficas -SIG's, sejam efetivamente apropriados pelos excluídos e postos à margem, resultando em que os mesmos tornem-se os que utilizam GPS, trabalham em *softwares* de geoprocessamento, e, por conseguinte, sejam os produtores e artífices dos seus mapas, convém esclarecer que a representação cartográfica, dos que não estão no centro do poder político e econômico, mas, pelo contrário, excluídos e invisibilizados, também pode ser encarado como Cartografia Social (FREIRE e FERNANDES, 2010). É nesse viés que este trabalho se enquadra.

Nessa linha de raciocínio, fora construído o mapa das territorialidades das entrevistadas (utilizando os recursos cartográficos “pontos” e “linhas”, para espacializá-las), de alguns elementos públicos (escola estadual, capela, etc., também representados por pontos) e das áreas de reprodução, simbólica e material, da comunidade, num viés genérico (rota das croas e da procissão de Nossa Senhora da Conceição), possibilitando que o território da comunidade, no estuário do rio Paraíba do Norte, fosse delimitado (Mapa 5)

Cartografia Social da Comunidade Ribeirinha do Porto do Capim no Estuário do Rio Paraíba do Norte



Mapa 5 – Cartografia Social do Porto do Capim no Estuário do rio Paraíba do Norte
Fonte: Elaborado por Cecília Silva

2 DISCUSSÕES

Configurando uma comunidade com diversos elementos tradicionais distintos, o Porto do Capim merece um olhar diferenciado, por parte do Poder Público, um olhar de respeito, valorização e proteção, que garanta, não apenas a existência e reprodução da cultura da comunidade, mas também, por consequência, profundo enriquecimento para a cidade de João Pessoa.

A inserção da Universidade Federal da Paraíba, por meio do PROEXT “Requalificação Urbana, Ambiental e Patrimonial do Porto do Capim”, na defesa da permanência da comunidade do Porto do Capim e sua cultura, contra as sucessivas tentativas de remoção da comunidade, por parte da Prefeitura Municipal de João Pessoa, alicerçada, por sua vez, na postura de não reconhecimento, por parte do IPHAN, do Porto do Capim, como patrimônio cultural, ou mesmo, acerca da tradicionalidade da comunidade. Configurando, por parte do poder público, uma política antidemocrática, pois que não se abre aos anseios e reivindicações da comunidade, higienista, pois deseja “limpar” a área dos sinais de pobreza, cujos maiores exemplares são os moradores da comunidade e mercadológica, visto que almeja tornar a área palatável para o turismo de massa, buscando a remoção da comunidade, tendo em vista a transformação da área em que a comunidade se encontra, numa área destinada a “construção de uma arena multiuso com quadra poliesportiva, estacionamentos, praça com quiosques, centro comercial, e blocos residenciais com infraestrutura e centros comunitários” (MPF, 2015, p. 1) indo na contramão do que é reconhecido pelos instrumentos jurídico-normativos, nacionais e internacionais, acerca da proteção aos direitos culturais e territoriais, assim como pelos Direitos Humanos. É o que nos revela o Relatório de Violações aos Direitos Humanos, elaborado pelo Centro de Referência em Direitos Humanos, da UFPB, ao apontar que a atuação da Prefeitura Municipal de João Pessoa, doravante denominada PMJP: “[...] se tornou exemplo de uma política antidemocrática e higienista” (UFPB, 2014, p. 4), que, além de tudo “promete destruir referências econômicas, sociais e culturais [...]” (MPF, 2015, p. 3)

Como dito acima, grande parte dos problemas acerca da remoção, enfrentados pela comunidade do Porto do Capim, advém do não reconhecimento, por parte do Poder Público, do que a comunidade sempre havia reivindicado: o caráter tradicional e

ribeirinho do Porto do Capim, visto que assim, garantiria à comunidade, mais que a permanência, o reconhecimento de um profundo e necessário vínculo com o território habitado e que não pode ser quebrado, visto que resultaria na fragmentação ou destruição cultural da comunidade, tal qual estabelece a legislação brasileira:

Art. 3º - São objetivos específicos da PNPCT:

I - garantir aos povos e comunidades tradicionais seus territórios, e o acesso aos recursos naturais que tradicionalmente utilizam para sua reprodução física, cultural e econômica; (BRASIL, 2007)

Já no inciso IV, a mesma Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT, expressa que é um dever “garantir os direitos dos povos e das comunidades tradicionais afetados direta ou indiretamente por projetos, obras e empreendimentos”, o que configura uma ameaça aos anseios da PMJP, “compartilhados” pelo IPHAN, no tocante ao “mercado do Turismo” (MPF, 2015, p. 2) para a área.

Nesse sentido, de grande importância, foi o papel desempenhado pelo MPF, ao solicitar um Parecer Técnico Antropológico - PTA, a fim de sanar, de uma vez por todas, essa lacuna. O Antropólogo do MPF, assim postulou acerca do Porto do Capim:

É notável a relação econômica e afetiva que a comunidade estabeleceu com o rio Sanhauá, revelado por meio da pesca artesanal e dos festejos tradicionais, entre os quais a manifestação religiosa mais tradicional da comunidade, a procissão [fluvial] de Nossa Senhora da Conceição, a partir do Centro Histórico de João Pessoa. (MPF, 2015, p. 4)

Assim prossegue, levando em conta a presença da comunidade, no local:

[...] pelo longo período de 70 anos, portanto, tempo suficiente para se consolidar e enraizar, vínculos socioculturais com o rio, com o mangue, seja por meio das atividades de pesca, de lazer, seja por meio de atualização de valores religiosos e festivos relacionados ao local. (Ibidem)

E recordando, que:

[...] comunidades ribeirinhas são aquelas populações tradicionais que estabelecem [a] sua construção identitária, referência espacial, territorial e simbólica com o rio, que se constitui o elemento agregador usado como critério de união e comportamento que dita o ritmo social. (Ibidem, p. 8)

Assim concluído o seu parecer, pontuando que:

“[...] As famílias que constituem a comunidade que ocupa tradicionalmente a região do Porto do Capim e se utiliza de recursos naturais [...], para sua reprodução física, social e econômica, recorrendo a conhecimentos herdados por tradição e reproduzidos por gerações, **devem ser identificados como tradicionais**, nos termos do decreto [6.040/2007], **mais especificamente como uma comunidade ribeirinha**” (Ibidem, p. 8, grifo nosso)

Entretanto, apesar do acima exposto, a situação da comunidade ainda é de relativa apreensão, acerca do “fantasma da remoção”, que ainda representa uma ameaça

“[a]os contextos de vida e tradições locais” (UFPB, 2016, p. 13), apesar da existência de todo um arcabouço jurídico-normativo⁴³, internacional (Quadro 2) e nacional (Quadro 3), acerca da proteção aos povos e comunidades tradicionais, no tocante à cultura e suas múltiplas formas de manifestação e transmissão (Declaração Universal do Direitos Humanos; Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais; Convenção sobre os Direitos da Criança; Estatuto da Criança e do Adolescente, Convenção sobre as Responsabilidades das Gerações Presentes em Relação às Gerações Futuras; Convenção Americana de Direitos Humanos, a Carta Cultural Ibero-americana, a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, e as diversas Convenções da UNESCO), aos seus territórios tradicionalmente ocupados (Convenção Nº 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais; a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, entre outros) , incluindo nestes, os recursos naturais extraídos para sua reprodução, assim como seu saber associado (Convenção sobre Diversidade Biológica e Política Nacional da Biodiversidade).

⁴³ Acerca desse arcabouço jurídico-normativo, não foram consideradas as normas, leis e convenções aplicáveis somente aos indígenas ou somente aos quilombolas, mas apenas as voltadas às populações tradicionais, abordadas genericamente, assim como as voltadas à cultura e sua transmissão. Também não foram contemplados os instrumentos jurídico-normativos, que se aplicam exclusivamente aos bens móveis e imóveis tombados, sítios históricos e ao patrimônio arqueológico e arquitetônico.

Instrumentos Jurídico-Normativos Internacionais		
Instituição	Instrumento Jurídico-Normativo	Ano
ONU	Declaração Universal dos Direitos Humanos - DUDH	1948
ONU	Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais	1966
ONU	Convenção sobre os Direitos da Criança	1989
ONU	Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB	1992
Organização Internacional do Trabalho - OIT	Convenção N° 169 sobre Povos Indígenas e Tribais	1989
UNESCO	Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural	1972
UNESCO	Convenção Mundial sobre as Políticas Culturais (Declaração do México)	1985
UNESCO	Recomendação Paris sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular	1989
UNESCO	Declaração sobre as Responsabilidades das Gerações Presentes em Relação às Gerações Futuras	1997
UNESCO	Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural	2002
UNESCO	Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial	2003
UNESCO	Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais	2005
Organização dos Estados Americanos - OEA	Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica)	1969
Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura - OEI	Carta Cultural Ibero-americana	2006

Quadro 2 – Instrumentos Jurídico-Normativos Internacionais

Fonte: Elaboração própria

Instrumento Jurídico-Normativo Nacional	A que se refere?
Constituição da República Federativa do Brasil de 1988	Seção II - Da Cultura (Arts. 215, 216 e 216A)
Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990	Institui o Estatuto da Criança e do Adolescente , e dá outras providências
Lei Nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991	Institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC) e dá outras providências
Lei Nº 12.343, de 02 de dezembro de 2010	Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC , cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNII e dá outras providências.
Lei Nº 13.018, de 22 de julho de 2014	Institui a Política Nacional de Cultura Viva - PNCV e dá outras providências.
Decreto Nº 99.710, de 21 de novembro de 1990	Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança
Decreto Nº 591, de 06 de julho de 1992	Promulga o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966
Decreto Nº 678, de 06 de novembro de 1992	Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 1969.
Decreto Nº 2.519, de 16 de março de 1998	Promulga a Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada no Rio de Janeiro, em 05 de junho de 1992
Decreto Nº 3.551, de 04 de agosto de 2000	Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial - PNPI e dá outras providências
Decreto Nº 4.339, de 22 de agosto de 2002	Institui princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade - PNB
Decreto 5.051, de 19 de abril de 2004	Promulga a Convenção Nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais.
Decreto Nº 5.753, de 12 de abril de 2006	Promulga a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial , adotada em Paris, em 17 de outubro de 2003, e assinada em 3 de novembro de 2003.
Decreto 6.040, de 07 de fevereiro de 2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - PNPECT .
Decreto Nº 6.177, de 01 de agosto de 2007	Promulga a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, assinada em Paris, em 20 de outubro de 2005.
Decreto Nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009	Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 e dá outras providências
Decreto Nº 7.177, de 21 de dezembro de 2010	Altera o Anexo do Decreto no 7.037, de 21 de dezembro de 2009, que aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3
Decreto 8.750, de 09 de maio de 2016	Institui o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais - CNPECT
Decreto Legislativo Nº 74, de 30 de junho de 1977	Aprova o texto da Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972
Instrução Normativa MinC Nº 01, de 07 de abril de 2015	Regulamenta a Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014, que institui a Política Nacional de Cultura Viva, e dá outras providências.
Instrução Normativa MinC Nº 08, de 11 de maio de 2016	Altera a Instrução Normativa nº 1, de 7 de abril de 2015, para dispor sobre procedimentos relativos à Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014, que institui a Política Nacional de Cultura Viva - PNCV.
Resolução IPHAN Nº 001, de 03 de agosto de 2006	Procedimentos a serem observados na instauração e instrução do processo administrativo de Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial
Resolução CNDH/SEDH-PR Nº 2, de 31 de agosto de 2015	Aprova o Regulamento Nacional da 12ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos

Quadro 3 - Instrumentos Jurídico-Normativos Nacionais
Fonte: Elaboração própria

A partir dos quadros acima expostos, demonstrando diversos instrumentos jurídico-normativos, nos âmbitos, internacional e nacional, totaliza-se 37 instrumentos, sendo 14 internacionais e 23 nacionais. Entretanto, como muitos dos instrumentos jurídico-normativos brasileiros, acima elencados, são ratificações de documentos adotados em âmbito internacional, com as devidas subtrações, temos um total de 29 instrumentos jurídico-normativos, 14 internacionais e 15 nacionais, que são feridos, quando o Poder Público, de modo particular a PMJP, não reconhece os direitos culturais e territoriais, a eles correspondentes, à comunidade do Porto do Capim.

Essas posturas, que violam os direitos culturais, e, obviamente, os próprios Direitos Humanos, são perceptíveis, pois que estão em conformidade com as medidas, antidemocráticas, negadoras dos direitos culturais, de existência, manifestação e reprodução cultural, pois que atingem os territórios nos quais eles se manifestam, assim como à transmissão dessa tradição às gerações futuras. É andar na contramão do que implicitamente reconheceu o Plano Nacional de Cultura – PNC, no tocante ao reconhecimento e proteção aos territórios tradicionalmente ocupados, pois, ao postular que um de seus princípios é o “direito à memória e às tradições” (BRASIL, 2010) e que um de seus objetivos é “reconhecer os saberes, conhecimentos e expressões tradicionais e os direitos de seus detentores”(BRASIL, 2010), leva à compreensão de que, se o território, *locus* onde a cultura e as tradições se espacializam, não é reconhecido, e, por vezes, é negado ou combatido, em virtude de outros interesses, a perpetuidade da memória, das práticas culturais e das tradições, é minada. Se o Poder Público, procede com medidas, que, por vezes, desterritorializam (COSTA, 2006) os Povos e Comunidades Tradicionais, muitas vezes, à revelia das perdas culturais, jamais poderá contribuir para “o cultivo da memória comum, da história e dos testemunhos do passado.” (BRASIL, 2010 *apud*. SENADO FEDERAL, 2014, p. 51). Portanto, faz-se mister, que medidas sejam tomadas em virtude de salvaguardar a cultura e a tradição de uma comunidade, forjadas às margens do rio, ao sabor do elevar e abaixar da maré, e, com seu histórico de luta, “existe, persiste, resiste e preserva a esperança na vida” (SOUZA A., 2013, p. 155)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio dos dados coletados nas entrevistas semiestruturadas, buscou-se compreender não apenas a diversidade cultural presente na comunidade do Porto do Capim, seja a nível de práticas, usos e costumes, mas adentrar o terreno do simbólico, dos valores, significados, sentimentos e vínculos afetivos, que a comunidade que ali reside, construiu com o seu território.

Em resposta à pergunta inicialmente feita, acerca do significado de um território para as comunidades que formam o Porto do Capim, responde-se a isso, que um território, por elas apropriado, a níveis simbólico e de subsistência, significa a garantia do *locus* onde seu arcabouço cultural, foi e é, construído, reconstruído e reafirmado, onde seu sentimento de pertença, de “aqui é o meu lugar”, “aqui sou verdadeiramente eu”, “aqui me reconheço”, deita raízes e as diversas formas de uso, práticas, crenças e valores, se erguem e manifestam, inclusive a própria identidade, que tão intimamente ligada como território, com propriedade, pode ser denominada identidade territorial, sendo inclusive *locus* dos recursos naturais, por vezes, necessários à subsistência.

A fim de aumentar os conhecimentos acerca do Porto do Capim, socioculturais ou não, com o estuário do rio Paraíba do Norte, recomenda-se:

Estudos acerca da elevação do terreno, nas áreas estuarinas, em relação à dinâmica da maré, contribuindo para o estudo das práticas agrícolas nesses ambientes, de modo particular a desenvolvida nas ilhas e ilhotas;

Estudos de ordem química e bioquímica, em diversos pontos do estuário, tendo em vista a variação de salinidade, pH, metais pesados, entre outros, contribuindo para uma visão integral da área, assim como tecer comparativos entre as coletas realizadas nos diversos pontos distintos do estuário;

Análises de crustáceos e, principalmente, moluscos, coletados em pontos distintos do estuário, a fim de verificar possíveis contaminações desses animais, principalmente no tocante aos metais pesados, assim como a variância dos possíveis níveis de contaminação entre os animais coletados e entre os pontos de coleta, permitindo não apenas conhecer as possíveis fontes da contaminação, mas possibilitando que esses dados sejam intercruzados com os casos de câncer ou outras doenças que possam estar relacionadas;

Estudos etnobotânicos, não só do Porto do Capim, mas das diversas comunidades que vivem próximas ao estuário, no tocante ao uso das espécies do manguezal e das áreas de mata próximas, tanto para fins terapêuticos, como religiosos;

Na perspectiva da Educação Ambiental e das práticas sustentáveis, também se recomenda o desenvolver de oficinas de reutilização das escamas de peixe e, principalmente, das conchas dos moluscos, na confecção de adornos, adereços e peças para a decoração;

E, por fim, da Cartografia Social das outras comunidades, que tal qual o Porto do Capim, fazem do estuário do rio Paraíba do Norte, seu território de reprodução, material e/ou simbólica, e que necessitem de tal instrumento, para, sua visibilização e resistência.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaquais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. 2ª ed., Manaus: PGSCA-UFAM, 2008. 192p.

ALVES, Jorge Rogério Pereira (organizador). **Manguezais: educar para proteger**. Rio de Janeiro: FEMAR: SEMADS, 2001. 96 p.

ARAÚJO, Diandra Soares de. **Metamorfoses da paisagem dos manguezais do estuário do Rio Paraíba**. João Pessoa, 2014. 62 p. Monografia de Graduação – Centro de Ciências Exatas e da Natureza – Universidade Federal da Paraíba.

ASSAD, Patrícia. **Comadre Fulozinha e Pai do Mangue: sua influência na formação da identidade, território e territorialidade na comunidade do Porto do Capim**. João Pessoa, 2014. 76 p. Monografia de Graduação – Centro de Ciências Exatas e da Natureza – Universidade Federal da Paraíba.

BARBOSA, José Antonio. **A deposição carbonática na faixa costeira Recife-Natal: aspectos estratigráficos, geoquímicos e paleontológicos**. Tese (Doutorado em Geociências). Centro de Tecnologia e Geociências da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2007. 264 p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 16 ag. 2016.

_____. **Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 08 nov. 2016.

_____. **Lei Nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991**. Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8313cons.htm>. Acesso em: 08 nov. 2016

_____. **Lei Nº 12.343, de 02 de dezembro de 2010**. Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/documents/10907/963783/Lei+12.343++PNC.pdf/e9882c97-f62a-40de-bc74-8dc694fe777a>>. Acesso em: 10 ag. 2016

_____. **Lei Nº 13.018, de 22 de julho de 2014**. Institui a Política Nacional de Cultura Viva e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13018.htm>. Acesso em 16 ag. 2016.

_____. **Decreto Nº 99.710, de 21 de novembro de 1990.** Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm>. Acesso em: 10 nov. 2016.

_____. **Decreto Nº 591, de 06 de julho de 1992.** Promulga o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0591.htm>. Acesso em: 18 ag. 2016.

_____. **Decreto Nº 678, de 06 de novembro de 1992.** Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D0678.htm>. Acesso em: 20 out. 2016

_____. **Decreto N º 2.519, de 16 de março de 1998.** Promulga a Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada no Rio de Janeiro, em 05 de junho de 1992. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2519.htm >. Acesso em: 20 set. 2016.

_____. **Decreto Nº 3.551, de 04 de agosto de 2000.** Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm>. Acesso em: 02 nov. 2016.

_____. **Decreto Nº 4.339, de 22 de agosto de 2002.** Institui princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4339.htm>. Acesso em: 10 nov. 2016.

_____. **Decreto Nº 5.051, de 19 de abril de 2004.** Promulga a Convenção nº169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm> Acesso em: 18 ag. 2016.

_____. **Decreto Nº 5.753, de 12 de abril de 2006.** Promulga a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, adotada em Paris, em 17 de outubro de 2003, e assinada em 3 de novembro de 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5753.htm> Acesso em: 20 ag. 2016.

_____. **Decreto Nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007.** Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 16 ag. 2016.

_____. **Decreto Nº 6.177, de 01 de agosto de 2007.** Promulga a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, assinada em Paris, em 20 de outubro de 2005. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6177.htm>. Acesso em: 20 ag. 2016

_____. **Decreto Nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009.** Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7037.htm>. Acesso em: 10 nov. 2016

_____. **Decreto Nº 7.177, de 21 de dezembro de 2010.** Altera o Anexo do Decreto no 7.037, de 21 de dezembro de 2009, que aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7177.htm>. Acesso em: 10 nov. 2016

_____. **Decreto 8.750, de 09 de maio de 2016.** Institui o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais – CNPCT. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8750.htm>. Acesso em: 16 ag. 2016

_____. **Decreto Legislativo Nº 74, de 30 de junho de 1977.** Aprova o texto da Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972 Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=124088>>. Acesso em: 22 ag. 2016

CAETANO, Jessica Nene. BEZZI, Meri Lourdes. Reflexões na geografia cultural: a materialidade e a imaterialidade da cultura. **Revista Sociedade e Natureza**. Ano 23, n. 3. Uberlândia. 2011. pp. 453-466.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**; tradução de Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1999. 453 p.

CNDH. Conselho Nacional de Direitos Humanos. Resolução Nº 2, de 31 de agosto de 2015. Aprova o regulamento nacional da XII Conferência Nacional de Direitos Humanos. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/conferenciasdh/12a-conferencia-nacional-de-direitos-humanos/documentos/resolucao-no-2-de-31-de-agosto-de-2015-cndh>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

CNS. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução 466, de 12 de dezembro de 2012.** Aprovar diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Disponível em: < <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf> >. Acesso em: 18 out. 2016.

CORREIA, Mônica Dorigo; SOVIERZOSKI, Hilda Helena. Ecossistemas Marinhos: recifes, praias e manguezais. Maceió: EDUFAL, 2005. 55p. (Série: Conversando sobre Ciências em Alagoas).

CORTEZ, Creuza Soares. **Conhecimento ecológico local, técnicas de pesca e uso dos recursos pesqueiros em comunidades da área de proteção ambiental, Barra do Rio Mamanguape, Paraíba, Brasil.** João Pessoa : 2010. 90 p. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – Universidade Federal da Paraíba.

DIEGUES, Antonio Carlos (organizador). **A imagem das águas.** São Paulo: HUCITEC, Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras – USP. 2000. 207 p.

FREIRE, Neison Cabral Ferreira. FERNANDES, Ana Cristina de Almeida. Mapas como expressão de poder e legitimação sobre o território: uma breve evolução histórica da cartografia como objeto de interesse de distintos grupos sociais. **Portal da Cartografia.** V. 3, n. 1. Londrina, 2010. pp. 83-103.

FURRIER, Max. **Caracterização geomorfológica e do meio físico da folha João Pessoa – 1:100.000.** Tese (Doutorado em Geografia Física) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8135/tde-040622007-151800/pt-br.php>> Acesso em: 13-10-2016.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175 p.

GONÇALVES, Helena Tavares. **O porto e a casa:** dinâmicas de transformação no uso dos espaços do Centro Histórico de João Pessoa – PB. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro. 2014. 164 p.

GONÇALVES, Lucivalda dos Santos. **A família e suas interfaces.** Instituto Filantropia, [S.I], 14nov.2014. Disponível em: <<http://www.institutofilantropia.org.br/component/k2/item/7335-a-fam%C3%ADlia-e-suas-interfaces>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

GONÇALVES, Regina Célia. **Guerras e açúcares:** política e economia na Capitania da Parahyba, 1585-1630. Bauru: Edusc, 2007. 330 p.

COSTA, Rogério Haesbaert da. **O Mito da Desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 2ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 400p.

_____. **Territórios Alternativos.** 3ª ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015. 186p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Vocabulário básico de recursos naturais e meio ambiente.** 2ª ed. 2004. 331 p.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Dossiê: proposta de requalificação das áreas urbanas do Porto do Capim e da Vila Nassau.** João Pessoa: [S.I.], 2012. 107 p.

_____. **Resolução 001, de 03 de agosto de 2006.** Institui os procedimentos a serem observados na instauração e instrução do processo administrativo de Registro de Bens de Natureza Imaterial. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Resolucao_001_de_3_de_agosto_de_2006.pdf>. Acesso em: 20 ag. 2016.

JOÃO PESSOA. Secretaria de Planejamento – SEPLAN. Edital de Licitação, na modalidade Tomada de Preços - Nº 33.004/2014. Disponível em: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/portal/wp-content/uploads/2014/04/EDITAL-TP-33004_2014-internet.pdf> Acesso em: 25set. 2016

LAPLANTINE, François; TRINDADE, Liana Sálvia. **O que é imaginário.** São Paulo: Brasiliense, 1997. Coleção Primeiros Passos, nº 309. 82 p.

LAVÔR, Larissa Fernandes de. **Geodiversidade e sítios históricos na porção terminal do baixo curso d'água Paraíba do Norte.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Exatas e da Natureza – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016. 173 p.

LEOPOLDO, Dayana Francisco. MORAIS, Vitor de Castro. **Território e territorialidade: estudo de caso na comunidade quilombola de São Pedro de Cima.** 2009. 15 p.

MÁXIMO, Paulo Ricardo Gadelha. **Uso e ocupação do solo e perspectivas turísticas do território do Porto do Capim, Varadouro, João Pessoa-PB.** João Pessoa, 2013. 53 p. Monografia de Graduação – Centro de Ciências Exatas e da Natureza – Universidade Federal da Paraíba.

MinC. Ministério da Cultura. **Instrução Normativa Nº 1, de 07 de abril de 2015.** Regulamenta a Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014, que institui a Política Nacional de Cultura Viva, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/legislacao/-/asset_publisher/siXI1QMnLPZ8/content/instrucao-normativa-n%C2%BA-1-2015-minc/10937>. Acesso em: 16 ag. 2016.

_____. **Instrução Normativa Nº 08, de 11 de maio de 2016.** Altera a Instrução Normativa nº 1, de 7 de abril de 2015, para dispor sobre procedimentos relativos à Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014, que institui a Política Nacional de Cultura Viva - PNCV. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/documents/10883/1340991/IN_PNCV_2016___VERSAO_FINAL___PARA_DOU.pdf/bc8832af-8324-41ff-a690-a8c17b70f383>. Acesso em: 16 ag. 2016.

MOURA, Fernando. (Organizador). **Cidade de João Pessoa: álbum de memória – acervo Museu Walfredo Rodrigues (1871 – 1942).** João Pessoa: PMJP, 2006. 104 p.

MPF. Ministério Público Federal. **Parecer Técnico Antropológico Nº 03/2015**. Relocação da comunidade Porto do Capim. [S.I], 2015. 8 p.

OEI. Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Carta cultural ibero-americana**. 2006. 20p.

OLIVEIRA, et. al. O poder de resposta: a cartografia social dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Anais do XIV Encontro Nacional de Geógrafos**. Porto Alegre, 2010. 8 p.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos** – 1948. Disponível em: <<http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf>>. Acesso em: 20 set.2016

_____. **Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais** - 1966. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/doc/pacto1.htm>>. Acesso em: 20 set. 2016

_____. **Convenção sobre os Direitos da Criança** - 1989. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10120.html>. Acesso em: 20 set. 2016

_____. **Convenção sobre Diversidade Biológica** - 1992. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf_dpg/_arquivos/cdbport.pdf> Acesso em: 20 set. 2016

PARAÍBA. **Decreto Nº 25.138, de 28 de junho de 2004**. Homologa a Deliberação nº 05/2004, do Conselho de Proteção dos Bens Históricos Culturais - CONPEC, Órgão de Orientação Superior do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba - IPHAEP, aprova o Tombamento do Centro Histórico Inicial da Cidade de João Pessoa, deste Estado, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/44313687/doepb-20-02-2005-pg-2>> . Acesso em: 10 nov. 2016.

PIZZATTO, Luciano. PIZZATTO, Raquel (organizadores). **Dicionário socioambiental brasileiro**. Curitiba: TECNODATA Educacional, 2009. 368 p.

PRODANOV, Cleber Cristiano. FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2ª ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. 276 p.

ROSA, Guilherme Carvalho da. A discussão do conceito de identidade nos estudos culturais. **Ecos Revista**, v. 11, p. 34-47, 2007.

SANTOS, Milton. SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 12ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2008. 473p.

SANTOS, Renato Emerson dos. Disputas cartográficas e lutas sociais: sobre representação espacial e jogos de poder. **XII Colóquio de Geocrítica**. Bogotá: [S.I.], 2012. 16p.

SCHMIEGELOW, João Marcos Miragaia. **O Planeta Azul**: uma introdução às ciências marinhas. Rio de Janeiro: Interciência, 2004. 202 p.

SENADO FEDERAL. **Patrimônio Cultural**. Brasília: Senado Federal, 2014. 144 p.

SEP-PR. Secretaria de Portos da Presidência da República. **Plano Mestre Porto de Cabedelo**: cooperação técnica para apoio à SEP/PR no planejamento do setor portuário brasileiro e na implantação dos projetos de inteligência logística portuária. Florianópolis, 2013. 319 p. Disponível em: <<http://www.portosdobrasil.gov.br/assuntos-1/pnpl/planos-mestres-versao-completa>>. Acesso em: 21-10-2016

SILVA, Anelino Francisco da. **Significado e identidade cultural da pesca artesanal no Brasil e em Portugal**. Natal: Imagem Gráfica, 2008. 170 p.

SILVA, Regina Celly Nogueira da. **A revitalização do centro histórico de João Pessoa**: uma estratégia para a reprodução do capital. São Paulo, 2016. 312 p. Tese de Doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo.

SILVA, Akene Shionara Cardoso da. **Análise visual das transformações na paisagem do Porto do Capim ao longo do século XX e início do século XXI**: uma proposta metodológica para o uso de imagens. João Pessoa, 2014. 78 p. Monografia de Graduação – Centro de Ciências Exatas e da Natureza – Universidade Federal da Paraíba.

STEVENS, Pamela Oliveira. **Dinâmica da paisagem no geossistema do estuário do rio Paraíba – extremo oriental das Américas: estimativas de perdas de habitat e cenários de recuperação da biodiversidade**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Ciências Exatas e da Natureza – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014. 125 p.

SIMONSEN, Roberto Cochrane. **História econômica do Brasil: 1500-1820**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005. 589 p. – (Edições do Senado Federal; v. 34)

SOBRINHO, Reinaldo de Oliveira. **Anotações para a História da Paraíba**. 2ª ed. João Pessoa: Ideia, 2006. 232 p.

SOUZA, Angela Fagna Gomes de. Pelas águas do rio São Francisco – ilhas. In: LEAL, Alessandra Fonseca. BORGES, Maristela Corrêa (organizadoras). **Etnocartografias do rio São Francisco: comunidades tradicionais ribeirinhas do Norte de Minas Gerais**. Uberlândia: EDUFU, 2013. pp. 105-155.

SUGUIO, Kenitiro. **Dicionário de geologia sedimentar e áreas afins**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. 1222 p.

TUAN, Yi-Fu.; trad. Livia de Oliveira. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Londrina: Eduel, 2012. 342 p.

TURINO, Célio. **PontodeCultura**: o Brasil de baixo para cima. 2ªed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2010. 256 p.

UFPB. Universidade Federal da Paraíba. Centro de Referência em Direitos Humanos - CRDH. **Relatório de violações aos direitos humanos**. Santa Rita, 2014. 38 p.

_____. PROEXT Requalificação Urbana, Ambiental e Patrimonial do Porto do Capim. **Relatório Técnico Multidisciplinar Comunidade Porto do Capim**. João Pessoa, 2015. 54 p.

_____. PROEXT Requalificação Urbana, Ambiental e Patrimonial do Porto do Capim. **Considerações e Argumentações sobre as Condicionantes Projetuais para o Porto do Capim**. João Pessoa, 2016. 78 p.

UFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres – CEPED. **Atlas brasileiro de desastres naturais 1991 a 2010: volume Paraíba**. Florianópolis: CEPED UFSC, 2011. 57 p.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural - 1972**. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>>. Acesso em: 16 ag. 2016.

_____. **Convenção Mundial sobre as Políticas Culturais (Declaração do México) – 1985**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20do%20Mexico%201985.pdf>>. Acesso em: 16 ag. 2016

_____. **Recomendação Paris sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular – 1989**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20Paris%201989.pdf>>. Acesso em: 16 ag. 2016

_____. **Declaração sobre as Responsabilidades das Gerações Presentes em Relação às Gerações Futuras - 1997**. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001108/110827por.pdf>>. Acesso em: 16 ag. 2016

_____. **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural – 2002**. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>>. Acesso em: 16 ag. 2016

_____. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. 2003**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/ConvencaoSalvaguarda.pdf>>. Acesso em: 16 ag. 2016

_____. **Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais** – 2005. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/politicas5/-/asset_publisher/WORBGxCla6bB/content/convencao-sobre-a-protecao-e-promocao-da-diversidade-das-expressoes-culturais/10913>. Acesso em: 16 ag. 2016

Sítios Consultados

PARAÍBA. Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba - AESA. **Relatório Final do Plano Estadual de Recursos Hídricos**. 2006. Disponível em: <<http://www.aesa.pb.gov.br/perh/>>. Acesso em: 16-10-2016

Porto do Capim em Ação. Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/299654220205593/>> Acesso em: 14 nov. 2016

APÊNDICES

APÊNDICE I
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Convidamos o (a) Sr. / Sr.^a. para participar da Pesquisa: **“CARTOGRAFIAS RIBEIRINHAS: território e territorialidade das comunidades do Porto do Capim no Estuário do Rio Paraíba do Norte”**, sob a responsabilidade do pesquisador **Iran Araujo Cabral**, aluno do Curso de graduação em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

A pesquisa tem por objetivo estudar a relação da Comunidade do Porto do Capim com o Estuário do Rio Paraíba do Norte - João Pessoa/PB, a partir da ótica dos diversos grupos tradicionais nela presentes e seus modos de criar, saber e viver, contribuindo, com o auxílio da cartografia social, para a delimitação de seu território e sua territorialidade. Ao aceitar participar, você estará contribuindo de forma relevante na geração de informações que embasem a importância e, mais que isso, a necessidade da permanência da referida comunidade tradicional em seu território.

Sua participação no estudo é voluntária e será realizada por meio de entrevista semiestruturada, assim como utilizará gravações de voz, registros fotográficos, e/ou filmagens. A qualquer momento você poderá desistir, tendo o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer etapa da pesquisa, sem nenhum prejuízo, e sua participação não será considerada. **Seu nome e sua identidade serão preservados e suas informações não serão utilizadas para fins além desta Pesquisa.** Para garantir a segurança da pesquisa, será entregue uma cópia do referido termo com o contato do pesquisador. Para esclarecimento de dúvidas ou maiores informações o (a) Sr. / Sr.^a poderá entrar em contato com o pesquisador pelos telefones **(xx) xxxxx-xxxx/xxxxx-xxxx** ou por meio do endereço eletrônico **xxxxx@xxxxxx**.

_____ Data ____/____/____ Assinatura

Assinatura do participante

Assinatura do Pesquisador Responsável
participante

APÊNDICE II
QUESTÕES NORTEADORAS DAS ENTREVISTAS - ÂMBITO GERAL

De onde você é? (Cidade, Bairro, Comunidade, rua, etc.)

Onde você nasceu?

Há quanto tempo está na comunidade?

Mora aqui só ou com a família?

Onde a família mora? (na comunidade, em comunidade próxima, cidade, bairro, rua). –

Alguém se mudou? Para onde?

Os seus familiares trabalham? Estudam? – Fazem o quê?

E você, trabalha? Estuda? – Faz o quê?

Você costuma ir ao rio? Ao mangue? O que você faz lá, geralmente?

Quando você olha o rio, o mangue, o que você pensa? - O que significa viver aqui? - O que é o Porto do Capim para você?

Como é a vida aqui? O dia-a-dia?

O que te faz ficar aqui? Por que ele é especial?

APÊNDICE III
QUESTÕES NORTEADORAS DA ENTREVISTA

ENTREVISTADA I

O que é o Ponto de Cultura? É um local específico ou toda a comunidade o é? - Qual a importância do Porto do Capim ser um Ponto de Cultura? - Como o Porto do Capim se tornou um Ponto de Cultura? - O que ele leva para as pessoas daqui?

Há algum reconhecimento do “governo” sobre o Porto ser um Ponto de Cultura? Se sim, qual? Se não, o que falta?

Como o Ponto de Cultura trabalha essa questão do rio e do mangue aqui na comunidade?

O Porto do Capim é muito rico e muito diversificado (pescadores, marisqueiras, catadores de caranguejo, povos do terreiro.), como o Ponto de Cultura consegue unir/aglutinar/trabalhar isso tudo?

Nessa questão que a comunidade enfrenta sobre sua remoção pela PMJP, como o Ponto de Cultura trabalha isso?

O que é a Associação de Mulheres? Como ela surgiu? Qual a função dela?

Qual a diferença entre a Associação Comunitária do Porto do Capim e a Associação de Mulheres?

Qual a relação entre a Associação de Mulheres e o Ponto de Cultura? Como se envolvem?

Como a Associação de Mulheres trabalha a diversidade cultural aqui na Comunidade?

APÊNDICE IV
QUESTÕES NORTEADORAS DA ENTREVISTA

ENTREVISTADA II

Fale-me sobre a procissão de Nossa Senhora da Conceição. Como ela começou? Ela existe há quanto tempo? Teve alguma época em que ela não aconteceu?

O que a procissão de Nossa Senhora da Conceição, significa para os moradores da Comunidade do Porto do Capim? Como eles veem isso tudo? Toda a comunidade é mobilizada? Como vocês se organizam para preparar a procissão? Como é a participação das crianças na preparação da procissão? E no dia da Procissão?

E as pessoas de outras religiões, elas acham importante ou ajudam de alguma forma? O pessoal dos terreiros, eles participam de alguma forma? Eles acompanham?

O que você vê no fato da procissão ir pelo rio, e não pelo chão, como a maioria?

Vêm quantas pessoas, mais ou menos, para a procissão? Sabe de onde? Dessas comunidades próximas, vem alguém? E das ilhas próximas? Vocês já receberam alguma ajuda do governo do Estado ou da Prefeitura para a realização da procissão?

Nessa questão que a comunidade enfrenta sobre sua remoção pela PMJP, qual a importância da Procissão de Nossa Senhora da Conceição?

O que a Procissão de Nossa Senhora da Conceição passa para as pessoas da importância do rio e do mangue?

O que significa para você a procissão de Nossa Senhora da Conceição?

APÊNDICE V
QUESTÕES NORTEADORAS DA ENTREVISTA

ENTREVISTADA III

Como sua vida catando marisco, começou? Com quantos anos? A senhora aprendeu com quem? Todos os seus familiares também faziam isso? A senhora fazia/faz outra atividade? A senhora também cata caranguejo, é pescadora ou agricultora?

Como é catar marisco e outros frutos do rio e do mangue? É muito trabalhoso? Como vocês se preparam para ir? A senhora gosta? A senhora vai ao rio e ao mangue todo dia catar? Quem vai com a senhora? Algum filho/parente/vizinho/outras marisqueiras? A senhora tem medo de ir só? Quantas marisqueiras têm por aqui? Vocês vão catar marisco juntas? Qual a melhor época para catar marisco?

Onde é o melhor lugar para catar marisco? A senhora já ficou nas ilhas para catar marisco? Depois da cata, como é tratado o marisco?

O marisco é todo para vender ou é para comer em casa? A senhora precisa da renda do marisco para viver? Faz outra coisa?

No período de defeso, a senhora chegou a receber algum auxílio do governo, tipo o seguro-defeso?

Qual a importância da cata do marisco e do caranguejo para a Comunidade do Porto do Capim?

Com a ameaça de remoção, mudou alguma coisa na cata de marisco e caranguejo? O número de pessoas diminuiu?

O que significa para você ser marisqueira/catadora de caranguejo/pescadora?

APÊNDICE VI
QUESTÕES NORTEADORAS DA ENTREVISTA

ENTREVISTADA IV

Quando a senhora vai para o rio, a senhora faz o quê, toda dia?

A senhora gosta do que a senhora faz?

Como é que é o dia-a-dia, aqui? A senhora gosta de morar aqui?

Qual o melhor lugar para pegar marisco?

Quando a senhora pesca, pega caranguejo, marisco, planta, é para consumo ou para vender?

A senhora se vê fazendo outra coisa além de plantar, de pescar?

A senhora já participou da procissão de Nossa Senhora da Conceição? O que significa para essa senhora ela ir pelo rio?

Na questão com a Prefeitura, como a senhora vê essa questão da remoção?

APÊNDICE VII
QUESTÕES NORTEADORAS DA ENTREVISTA

ENTREVISTADA V

A senhora já foi pescadora, agricultora ou marisqueira?

A senhora é adepta de qual religião? Qual Matriz Africana? É de terreiro? Onde fica?
Há quanto tempo sua religião (_nome_) é praticada no Porto do Capim?

Você ajudou de alguma forma? Participa/participou da Procissão Fluvial de Nossa Senhora da Conceição? O que significa para você a Procissão? Como você vê?

Como é a prática de uma religião de Matriz Africana no Porto do Capim? Tem dificuldades? Que tipo? Os outros moradores interagem normalmente com as pessoas adeptas de religiões de Matriz Africana?

Qual a importância do rio e do mangue para a sua religião umbanda/candomblé? Quais as divindades do mangue e do rio? Essas divindades recebem oferendas? Quais são? É possível serem feitas? Geralmente quando são feitas? Qual horário? Quanto tempo dura?

Como a senhora vê essa questão do rio e do mangue para o Porto do Capim? Como a senhora vê a (religião- Umbanda/Candomblé) para a cultura do Porto do Capim?

Tem algum problema se eu pedir para ver objetos sagrados? As vestimentas? O lugar dos rituais? Algum ritual é feito no rio ou no mangue? Quais locais? Em alguma das ilhas? Vai como? Só?

APÊNDICE VIII
QUADRO PARA COLETA DE COORDENADAS



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS

**Coleta de Coordenadas para a Cartografia Social das Comunidades do
Porto do Capim**

PONTO	COORDENADA	DESCRIÇÃO	DATA
001			
002			
003			
004			
005			
006			
007			
008			
009			
010			